

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

SIMONE APARECIDA NUNES

“Sindicato somos nós, organizados na fábrica”: o “novo sindicalismo” no Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas (RS) e o caso da greve na Coemsa (1983).



Porto Alegre (RS)

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

SIMONE APARECIDA NUNES

“Sindicato somos nós, organizados na fábrica”: o “novo sindicalismo” no Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas (RS) e o caso da greve na Coemsa (1983).

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em História ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó.

Porto Alegre (RS)

2012

SIMONE APARECIDA NUNES

“Sindicato somos nós, organizados na fábrica”: o “novo sindicalismo” no Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas (RS) e o caso da greve na Coemsa (1983).

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em História ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó.

Porto Alegre, 18 de dezembro de 2012.

Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó
Orientador (UFRGS)

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós
(UFRGS)

Dra. Lizete Oliveira Kummer
(UFRGS)

Dedico este trabalho ao meu amado Marcelo Kelling.

AGRADECIMENTOS

O momento em que se encerra mais uma etapa na vida para o começo de tantas outras é também um momento de reflexões e agradecimentos aos muitos que fizeram parte desta caminhada:

Primeiramente, agradeço a Deus: “*Ele é meu refúgio e a minha fortaleza, o meu Deus, em quem eu confio*” (Sl. 91).

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela acolhida em 2008 e às possibilidades que me ofereceu para o crescimento profissional e, antes de tudo, pessoal.

Aos meus pais, Antônio e Noeli Nunes, por terem me proporcionado a experiência que eles não tiveram: cursar o ensino superior. Meu pai, chegando a Canoas, vindo do interior do estado em 1980 e empregando-se em uma das tantas empresas metalúrgicas da cidade, no auge do “novo sindicalismo”, não imaginava que exatos 32 anos mais tarde este seria um tema de pesquisa tão próximo a ele. Pai, te agradeço toda a ajuda financeira e o apoio durante estes anos de estudo. Mãe, te agradeço por ter me auxiliado também e me estimulado a seguir em frente.

Ao Marcelo, pela parceria, companhia, amizade e amor; quaisquer palavras aqui não demonstram o meu sentimento de gratidão...Muito obrigada por ter acompanhado cada minuto desta faculdade, do vestibular ao trabalho de conclusão. Obrigada por tudo, por entender os meus questionamentos e me ajudar a esclarecer as ideias. Obrigada por ler e reler este trabalho e ajudar nas suas definições. Agradeço também por teres “puxado a minha orelha” nas horas necessárias! Cheguei aqui graças a ti e ao teu estímulo. Amo-te!

Aos colegas de curso de História, em especial os da “/08”, por terem feito destes anos de UFRGS os melhores anos para serem guardados na memória. Obrigada pelo carinho e companhia nas manhãs no Campus do Vale. Em especial, agradeço às “persas”, grupo ao qual eu me tornei pertencente desde o trabalho de História Antiga I, em 2008, juntamente com a Alexandra, com a Bárbara e com a Fernanda: obrigada, meninas, pela amizade verdadeira e pela companhia! Agradeço muito também àqueles que, sabendo do meu tema de pesquisa, se prontificaram em ajudar com materiais (livros, textos, programas...) a elaboração da mesma.

Ao Professor Grijó, meu orientador e mestre, pela sua atenção, compreensão, palavras de apoio e bom humor de sempre. Sou muito grata especialmente pela aquela manhã de inverno de 2010, ao final do filme *Narradores de Javé*, na sua aula de História do Brasil II, em que fui escolhida sua bolsista de iniciação científica. A partir daquele instante, este trabalho de conclusão já começa a ser pensado. Agradeço a leitura atenta a este trabalho, as correções e todos os apontamentos e sugestões.

Ao pessoal do Núcleo de Pesquisa em História da UFRGS: professoras Carla Rodeghero e Cybele, Chico, Lizete e Rose, pela acolhida, amizade e compreensão nos momentos em que tive que estar ausente para estudar e elaborar o trabalho.

A todos os professores que fizeram parte da minha vida escolar desde 1994, quando estava ainda na pré-escola e já almejava ser um dia como eles, até os que hoje nos dão aula e nos ensinam a sermos melhores e a compreendermos a nossa existência.

Por fim, ao pessoal do STIMMEC, Sindicato dos Trabalhadores, pela boa recepção e interesse nesta pesquisa. Agradeço ao Geraldo, especialmente, pela acolhida e pelas conversas sobre a década de 1980.

História abscondita – Todo e qualquer grande homem exerce uma força retroativa: obrigando a reconsiderar a totalidade da história; e mil segredos do passado saem de seus esconderijos para virem à tona, seguindo para alcançar a luz. Não se pode prever ainda o que virá tornar-se história. O passado talvez continue ainda essencialmente por explorar! Temos necessidade ainda de muitas forças retroativas!

(NIETZSCHE, 2005, aforismo 34, p. 60).

PARA SER GRANDE, sê inteiro: nada
Teu exagera ou exclui.
Sê todo em cada coisa. Põe quanto és
No mínimo que fazes.
Assim em cada lago a lua toda
Brilha, porque alta vive.
(PESSOA, 2012, p. 117)

RESUMO

O “novo sindicalismo” foi a expressão dos trabalhadores no contexto final da ditadura civil-militar no Brasil. A partir de 1978, quando este movimento social emerge na região do ABC Paulista (SP), as manifestações sociais expressas através de greves e paralisações vão fazer parte da rotina de trabalho de muitos trabalhadores pelo país. O “novo sindicalismo” requeria uma nova forma de ação dentro dos sindicatos, sendo através deles a sua linha de ação. Desta forma, foram criadas as comissões de fábrica, que passaram a entender os problemas dos trabalhadores dentro dos seus locais de trabalho. O “novo sindicalismo” se espalha pelo Brasil e como não poderia ser diferente, chega ao Rio Grande do Sul, ditando também por aqui novas formas de enfrentamento entre os trabalhadores, seus patrões e o governo. Canoas é tomada como estudo de caso, pois esta cidade, tal como a região do ABC Paulista, constituía um polo industrial muito importante, a ponto de ensejar aí o desenvolvimento de um sindicato metalúrgico bastante atuante e, principalmente, a greve na empresa Coemsa, precursora de outros movimentos grevistas na cidade, durante a década de 1980.

Palavras-chave: Movimentos sociais; Sindicatos; Sindicato dos Metalúrgicos; Canoas; Década de 1980.

RÉSUMÉ

Le “nouveau syndicalisme” a été l'expression des travailleurs dans le contexte de la dictature civile-militaire au Brésil. A partir de 1978, quand ce mouvement social émerge dans la région de l'ABC Paulista (SP), les manifestations sociales exprimées à travers des grèves et arrêt de travail feront partie de la routine de plusieurs travailleurs dans tout le pays. Le “nouveau syndicalisme” demandait une nouvelle forme d'action dans les syndicats et à travers eux sa ligne d'action. De cette façon on a créé les comités d'usine qui dès lors, comprennent les problèmes des travailleurs dans leurs lieux de travail. Le “nouveau syndicalisme” se propage partout au Brésil et comme ne pouvait pas être autrement, arrive au Rio Grande do Sul, et dicte, également ici, des nouvelles formes d'affrontement entre les travailleurs, leurs patrons et le gouvernement. Canoas est prise comme un étude de cas parce que cette ville, comme la grande région de l'ABC, constituait un pôle industriel très important et digne de composer un Syndicat des Métallos très actif et, surtout, déclancher la grève à la compagnie Coemsa, précurseur d'autres mouvements grévistes dans la ville, au cours de la décennie de 1980.

Mots-clés: mouvements sociaux; Des syndicats; Syndicat des Métallos; Canoas; Les années 1980.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI - Associação Brasileira de Imprensa

AI - Ato Institucional

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

CDS - Centro de Documentação Social

CGT - Central Geral de Trabalhadores (1986)

CGT - Comando Geral dos Trabalhadores (1962)

CGTB - Central Geral dos Trabalhadores Brasileiros

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

COEMSA - Companhia Eletromecânica S/A

CONCLAT - Conferência das Classes Trabalhadoras (1981)

CONCLAT - Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (1983)

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MR8 - Movimento Revolucionário 8 de Outubro

NPH - Núcleo de Pesquisa em História

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PUI - Pacto de Unidade Intersindical

SP - São Paulo

TRT - Tribunal Regional do Trabalho

UGT - União Geral de Trabalhadores

VPR - Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. “DO VELHO AO NOVO”: PERCORRENDO O(S) CAMINHO(S) DO “NOVO SINDICALISMO”.....	25
1.1 SINDICALISMO(S) NO BRASIL (1945 A 1978) – DO “VELHO” AO “NOVO SINDICALISMO”: ASPECTOS GERAIS.....	25
1.1.1 AS GREVES DE 1968 – CONTAGEM E OSASCO: A PREPARAÇÃO PARA 1978.....	30
1.2 O CENÁRIO DA MUDANÇA.....	33
1.3 O ABC PAULISTA ENTRA EM CENA: O COMBATE DO “NOVO SINDICALISMO” E O ESPAÇO SOCIAL RETOMADO.....	37
2. “SINDICATO SOMOS NÓS, ORGANIZADOS NA FÁBRICA”: O MOVIMENTO SINDICAL NO RIO GRANDE DO SUL – O CASO DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE CANOAS NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1980 E A GREVE NA COEMSA.....	46
2.1 O “NOVO SINDICALISMO” CHEGA AO SUL DO BRASIL.....	46
2.2 CANOAS: UM ESTUDO DE CASO PARA O “NOVO SINDICALISMO”.....	49
2.3 A GREVE NA COEMSA.....	53
2.4 A “GREVE GERAL” DE 1983.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS.....	62

INTRODUÇÃO

*Deus protege os fracos e desamparados. Mas um bom sindicato ajuda*¹.
(Millôr Fernandes, 1923-2012)

Historicamente, está começando a segunda etapa do sindicalismo brasileiro. Não mais o sindicalismo de Getúlio, ou de Jango, baseado na confiança e na expectativa do governo. Hoje está nascendo um sindicalismo novo, sem esperança do governo e sem meio-termos com os patrões. Sindicalismo que vê claro o centro do problema: o problema político, o problema da luta de classe. Esse sindicalismo está nascendo lentamente, de várias décadas de experiência da classe operária brasileira e do movimento sindical. A lição fundamental é a seguinte: o sindicalismo novo, verdadeiro, tem que nascer de baixo para cima, da fábrica até a organização das várias fábricas em organização de classe: o sindicato (Oposição Sindical Metalúrgica)².

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo principal analisar e estudar o movimento ocorrido no Brasil no final da década de 1970, conhecido como o “novo sindicalismo”³. O termo “novo sindicalismo” foi sendo cunhado pelos seus militantes na medida em que as mobilizações pautadas por eles aconteciam. A produção acadêmica do período e posterior a ele também seguiu esta tendência, demonstrando interesse pela temática e revestindo o movimento sindical com uma nova roupagem, chamando-o também de “novo”. Para Marcelo Badaró Mattos,

José Álvaro Moisés e Maria Hermínia Tavares de Almeida foram os primeiros estudiosos do tema a tentar definir a novidade do sindicalismo da região industrial da Grande São Paulo nos anos 70. Definiram assim o novo sindicalismo brasileiro, como a literatura especializada em geral o faria, em oposição a um “antigo” sindicalismo ou talvez em oposição a vários sindicalismos antigos. Ele opunha-se, obviamente, ao imobilismo do sindicalismo controlado e reprimido pelos governos militares, mas opunha-se também às formas consideradas dominantes no movimento sindical do pré-64, genericamente denominado “sindicalismo populista”⁴.

¹ FERNANDES, Millôr. **MILLÔR DEFINITIVO** – A Bíblia do caos. Porto Alegre: Coleção L&PM Pocket, 2002.

² Documento da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, ano: 1970. MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998, p. 62.

³ As abordagens que serão feitas neste trabalho já o foram no meu projeto de pesquisa em História, exigência da disciplina de Técnicas de Pesquisa em História, e indispensável para a execução do trabalho final. O “novo sindicalismo” aparece aqui com aspas devido a minha insegurança em tratar de um movimento social que transformou-se em uma categoria (os que fizeram parte deste momento, muitas vezes, intitulam-se de “novos sindicalistas”). Além disso, parte considerável da bibliografia utilizada refere-se ao movimento também fazendo uso desse sinal.

⁴ MATTOS, *Op. Cit.*, 1998, p. 63.

Tal movimento teve muita relevância para a história política e social brasileira, embora pouco estudado na área da História, pois contribuiu, através das críticas e embates diretos com a ditadura civil-militar, o desenvolvimento da redemocratização política do país, balançando as bases estruturais da ditadura civil-militar. Além disso, coube ao “novo sindicalismo” lançar para o meio político e tornar nacionalmente conhecidas figuras como Luís Inácio Lula da Silva, líder sindical no âmbito do ABC Paulista, e Paulo Renato Paim, líder sindical no âmbito da cidade de Canoas.

Destacamos, entretanto, que este trabalho dedica-se a estudar *apenas* o movimento social/sindical urbano, assegurando, da mesma forma, que há importantes trabalhos e considerações a respeito dos movimentos sociais no campo⁵, os quais não encontraram lugar nesta monografia por razões de espaço e tempo para a escrita.

Cabe ressaltar que, quando afirmamos que o “novo sindicalismo” ainda é um assunto a ser recebido com mais atenção por parte dos historiadores, isso é devido a nossa surpresa ao fazermos a revisão bibliográfica da pesquisa e nos depararmos com uma vastíssima produção sobre o tema no campo da Sociologia e com poucas abordagens no da História. Esta distinção entre “áreas do conhecimento”, entretanto, não é muito relevante hoje em dia, uma vez que, como bons historiadores, todos nós fazemos usos das análises da Sociologia e vice-versa. A fronteira entre estas disciplinas é muito tênue, o que nos permite um positivo intercâmbio de ideias.

Em razão disso, asseguramos que o tema de pesquisa apresentado se permite a essa troca entre áreas que se dedicaram em algum momento a estudar o fenômeno do movimento sindical recente, uma mais que a outra. Além disso, não é muito clara também esta diferenciação de objetos de estudo e análise dentro dos setores das Ciências Sociais e da História. Recorremos a Marcelo Badaró Mattos, quando cita Philip Abrams, para ilustrar tal afirmação:

Em termos de suas preocupações fundamentais, história e sociologia são, e sempre foram, quase a mesma coisa. A sociologia histórica não é uma questão de impor grandes esquemas de desenvolvimento revolucionário na relação do passado com o presente. Nem é meramente uma questão de reconhecer o fundamento histórico do presente. É a tentativa de entender a relação da atividade e experiência das pessoas

⁵ Um exemplo de estudo a respeito dos movimentos sociais rurais é o importante panorama traçado por Marluza Marques Harres, em “Movimentos sociais rurais”. Neste trabalho, a autora analisa a criação do Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER), a atuação das organizações de agricultores, a política estadual em relação a estas organizações, a participação da Igreja Católica nesta entidade e as movimentações das mesmas ao longo dos anos 1970. Ver: HARRES, Marluza M. “Movimentos sociais rurais”. In: GERTZ, René E (org.). **República: da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. Cap. IX, p. 235-256. Ver também: Cattani, Antonio D. (1991).

de um lado, e a organização social do outro, como algo construído no tempo...Não há nenhuma diferença necessária entre o sociólogo e o historiador (...)⁶.

Pensando pelo lado da História, Eric Hobsbawm foi um historiador que, quando em vida, dedicou parte muito importante das suas obras ao estudo das relações de trabalho. Para o autor, o caso inglês vivenciou uma nova forma de entender a ação sindical quando da ocorrência de uma greve portuária, em 1889. Fora neste período, portanto, que, segundo ele,

o novo sindicalismo” do continente no final do século XIX era novo sobretudo na medida em que estabeleceu sindicatos como uma força respeitada, o que eles não haviam sido até então, com exceção de algumas localidades e de eventuais sindicatos profissionais, como os da tipografia ou da manufatura de charutos. Neste sentido, o novo sindicalismo da Grã-Bretanha é *sui generis*⁷.

Outro importante ensinamento de Hobsbawm diz respeito a sua tentativa de delinear o que veio a ser este “novo sindicalismo”. Para ele, o termo sugere três definições:

primeiramente um novo conjunto de estratégias políticas e formas de organização para os sindicatos, em oposição àquelas já existentes no “antigo” sindicalismo. Em segundo lugar, sugere um posicionamento social e político mais radical por parte dos sindicatos dentro do contexto do surgimento do movimento operário socialista; e, em terceiro, a criação de novos sindicatos de trabalhadores até então não-organizados ou não-organizáveis, bem como a transformação de velhos sindicatos segundo as linhas sugeridas pelos inovadores. Consequentemente, também sugere um crescimento explosivo da organização e associação sindical⁸.

O referido historiador utilizou o termo “novo sindicalismo” para designar o caso da Inglaterra, entre o ano de 1889 e o início da Primeira Guerra Mundial (1914). No entanto, conforme estudamos, este conceito é utilizado no Brasil apenas para o final do século XX. Assim, a análise empregada neste trabalho levou em conta principalmente o contexto político e social do Brasil no final da década de 1970, quando do desenrolar final da ditadura civil-militar, e os movimentos sociais que ressurgem neste ínterim. O Brasil já vivenciava certa flexibilização das estruturas da ditadura civil-militar, e nesse contexto foi possível que muitos integrantes da política e da sociedade civil nacional agissem diante e em prol da possível redemocratização prometida ainda pelo General-Presidente Ernesto Geisel (1974-1978).

Além disso, é igualmente importante demonstrar que o interesse pela temática deste trabalho é fruto de uma pesquisa realizada em 2010, durante a participação em uma Bolsa de Iniciação Científica, na qual o projeto de pesquisa intitulava-se *Estado e Representação: agentes*

⁶ Beynon, Huw & Austin Terry, 1994, p.4 apud MATTOS, *Op. Cit.*, 1998, p. 47.

⁷ HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do Trabalho**. Novos estudos sobre a História Operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 222.

⁸ HOBSBAWM, *Op. Cit.*, p. 221.

político-partidários no contexto histórico contemporâneo do Rio Grande do Sul, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó. Através deste projeto de pesquisa foi possível o contato com os acervos dos jornais *Correio do Povo* e *Zero Hora*, pertencentes ao Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, e alguns Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de produzir um panorama do contexto histórico-político das eleições ocorridas no Brasil no ano de 1978, enfocando, sobremaneira, o estado do Rio Grande do Sul⁹.

Do mesmo modo, para aquela pesquisa, foi consultada a produção acadêmica acerca do momento histórico que o país vivia a partir daquele ano (1978), principalmente o que se encontrava em conformidade com as fontes pesquisadas. Um dos muitos temas em voga no período era o da chamada abertura política (ou distensão, chamada assim pelo General Ernesto Geisel no momento da sua posse como Presidente da República, em março de 1974) e que se desenrolava em detrimento da ditadura civil-militar, que se implantara no país desde 1964, após a deposição do Presidente João Goulart (1961-1964).

A partir deste levantamento geral de informações surgiu o interesse em fazer a análise das tentativas de diálogo empreendidas entre o governo dos militares e os grupos de oposição ao regime, verificando a forma como isso aparecia nos jornais de maior circulação no estado do Rio Grande do Sul. Estes mesmos grupos de oposição começavam a exercer um papel fundamental na liberalização do regime a partir da segunda metade da década de 1970, devido, principalmente, aos seus posicionamentos e ações. O “novo sindicalismo” encontrava-se neste quadro de oposições ao regime.

É possível, dadas estas circunstâncias, fazermos um recorte nas mobilizações sociais ocorridas no país a partir do final da década de 1970, e estipularmos apenas uma, a qual será o objeto de análise deste trabalho: o movimento sindical. Mergulhados neste contexto de final dos anos de regime militar no Brasil é que surgem os agentes aqui estudados: os trabalhadores da indústria metalúrgica. Eles mostrarão a sua inconformidade com as medidas do governo tanto em termos de condições de trabalho, quanto na condução da política em uma sociedade que não mais se dispunha a apoiar os generais. Nas palavras do sociólogo Marco Aurélio Santana, a partir do advento do movimento chamado de “novo sindicalismo”, “os trabalhadores foram escrevendo

⁹ Saliento, entretanto, que o projeto de pesquisa coordenado pelo professor Luiz Alberto Grijó não objetivava apenas o estudo do ano de 1978. Apenas a mim foi delegada a avaliação deste ano.

seu nome na luta pelo retorno do regime democrático no Brasil”¹⁰.

Pensar o “novo sindicalismo”, a partir das contribuições de Hobsbawm, bem como das de outros autores aqui mencionados, é, prioritariamente, “refletir sobre os espaços ocupados pelos trabalhadores no período”¹¹. Entender estes espaços de ação dos trabalhadores, e propriamente as suas ações, está no cerne do meu problema de pesquisa, que visa apreender e compreender um momento muito peculiar que o país atravessava: vivia-se na esteira da ditadura civil-militar, esta, por sua vez, cada vez mais enfraquecida e tendo que dialogar medidas de conciliação com os grupos da oposição, que o pressionavam e reivindicavam, ao passo que o próprio regime utilizava-se de ações repressoras contra os mesmos grupos da oposição.

Este trabalho, entretanto, não tem a pretensão de dar conta do assunto. O que se quer mostrar é a atuação de uma parcela da oposição à ditadura civil-militar - uma parcela que é ao mesmo tempo mais uma dentre outras, mas que é também produto do “*fio condutor*” das mobilizações que percorrem todo o país não só pelos seus interesses enquanto trabalhadores, mas também pelos anseios de redemocratização da sociedade brasileira e de uma maior participação na esfera política, seja ela, por exemplo, o direito de escolher o Presidente da República ou a diretoria do seu sindicato. Esta prática foi gradativamente revelando novos agentes e suas reivindicações que enfatizavam melhores condições salariais e de trabalho, mas também incorporavam as preocupações com liberdade e democracia. A partir do enfoque na ação coletiva dos trabalhadores, o estudo do “novo sindicalismo”, como um movimento social, ofereceu também a possibilidade de se entender um pouco mais de um período tão importante da história brasileira recente, prestando uma especial atenção à cidade de Canoas.

Torna-se necessário também a conceitualização do termo *movimento social*, ao qual o “novo sindicalismo” foi associado. Para isso, utilizaremos a análise de Arim Soares do Bem sobre o papel dos movimentos sociais, na introdução de seu texto “*A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX*”:

Os movimentos sociais são os indicadores mais expressivos para a análise do funcionamento das sociedades. Traduzem o permanente movimento das forças sociais, permitindo identificar as tensões entre os diferentes grupos de interesses e

¹⁰ SANTANA, Marco A. Ditadura Militar e resistência operária: O movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. **Política e Sociedade**. Florianópolis, n.13, out. 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/9321>>. Acesso em: 22 ago. 2012.

¹¹ SPERANZA, Clarice G. **Lei e resistência no “novo sindicalismo”: a greve na Empresa Jornalística Caldas Júnior (Porto Alegre, 1983-1984)**. Grupo de Trabalho Mundos do Trabalho/ ANPUH. s/d. Disponível em <<http://www.ifch.unicamp.br/mundosdotrabalho/tex/claricesperanca.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2012.

expondo as veias abertas dos complexos mecanismos de desenvolvimento das sociedades. (...). Os movimentos sociais deixam entrever mais do que puras carências percebidas e demandas interpostas; eles permitem, de fato, o conhecimento do modelo de sociedade dentro da qual se articulam, cujas feridas se tornam, por intermédio deles, materialmente visíveis. Os movimentos sociais realizam, de fato, um papel histórico maior do que simplesmente revelar as tensões e contradições sociais de cada momento histórico. Eles são acima de tudo uma bússola para a ação social, impulsionando o campo social para formas superiores de organização e buscando a institucionalização jurídico-legal das conquistas¹².

Assim, feitas as considerações iniciais, pensaremos a partir de agora na organização estrutural do trabalho.

No primeiro capítulo (“Do velho ao novo”: percorrendo o(s) caminho(s) do “novo sindicalismo”), traçaremos um panorama das mobilizações sindicais desde a deposição de Getúlio Vargas, com o fim do Estado Novo (1945), até a chegada dos generais à Presidência da República, em 1964. Em seguida, ainda contextualizando os momentos que antecedem o aparecimento do “novo sindicalismo”, dedicaremos especial atenção aos movimentos grevistas ocorridos em 1968, nas cidades de Contagem e Osasco. Do mesmo modo, ainda no primeiro capítulo, voltaremos a uma explanação do cenário político, este por sua vez, sendo contribuição importante das pesquisas feitas com o professor Luiz Alberto Grijó e os acervos da imprensa de 1978, para, finalmente, chegarmos à região industrial do ABC Paulista (SP), no local em que ocorreu toda reestruturação sindical, e, também social, a partir dos trabalhadores metalúrgicos, em 1978.

Neste capítulo, veremos ainda o que significa e por quais razões aconteceram essas movimentações chamadas de “novo sindicalismo”, que, por hora, tinham como pano de fundo algumas reivindicações trabalhistas. No entanto, no decorrer da pesquisa, observaremos que tais movimentações tomaram também outros rumos de proporções maiores, passando a ter um cunho fortemente político, requerendo, entre outras demandas, juntamente com as demais “vozes da oposição”, a volta da democracia no país. O debate que ocorrerá no primeiro capítulo será fruto, majoritariamente, de uma revisão bibliográfica pautada tanto por trabalhos acadêmicos na área da História quanto no da Sociologia, conforme o que foi exposto anteriormente a este propósito.

De posse dessas contextualizações, veremos que o movimento social que começa em São Paulo, nos corredores das fábricas e do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC se expande, atravessa fronteiras territoriais, e, assim, chegaremos a uma abordagem mais específica e comparada dos efeitos de toda essa mudança política e social efervescente no Brasil ao

¹² SOARES DO BEM, A. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 97, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n97/a04v2797.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2012.

estudarmos o Rio Grande do Sul tendo como foco o Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas. Maria Assunta Campilongo, em sua tese de doutorado, defendida em 1988, dedicou-se a analisar este fator local da ocorrência do “novo sindicalismo”. Segundo ela:

a continuidade da luta, em circunstâncias e lugares diferentes, mostrou outras dimensões e a extensão do espaço conquistado, uma vez que a ideia simbólica inicial, ao se concretizar, nos seus desdobramentos, teve a capacidade de proporcionar novas experiências [*em novos lugares*]¹³.

No segundo capítulo (“*Sindicato somos nós, organizados na fábrica*”: o movimento sindical no Rio Grande do Sul – o caso do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas no início da década de 1980 e a greve na Coemsa) finalmente avaliamos os ditames do “novo sindicalismo” na cidade de Canoas, através de reportagens deste movimento nas páginas dos jornais de grande circulação no Rio Grande do Sul e dos trabalhos de Maria Assunta Campilongo e Áurea Petersen, que, neste caso em específico, nos serviram tanto de bibliografia quanto de fonte de análise, devido aos seus estudos pioneiros nesta temática, feitos ainda na década de 1980, quando o “novo sindicalismo” permanecia em debate.

Canoas se torna um expoente do “novo sindicalismo” na medida em que a cidade é um importante polo do setor metalúrgico, com um sindicato bastante atuante e, por sua vez, alinhado às ideias do sindicato do ABC Paulista tornando-se uma referência no âmbito sindical do Rio Grande do Sul. Nesta análise, foi levado em consideração também o fato de que a prática manifestada pelo “novo sindicalismo” adquiriu, em determinado momento, em seu nível mais geral, duas formas diferenciadas: as *Oposições Sindicais* (dos metalúrgicos contemplados pelo sindicato do ABC Paulista) e a *Unidade Sindical* (dos metalúrgicos da cidade de São Paulo). A primeira, seguindo os tons daquela região industrial, também encontrou lugar em solo canoense.

Em Canoas, a exemplo de São Bernardo do Campo (SP), também ocorreram greves significativas, como as da Coemsa (empresa de equipamentos para hidroelétrica), em março de 1983, além de outras greves, paralisações parciais, passeatas e apoio político a outros grevistas, ocorridas de maneira contínua durante o período. Estas ações são fruto das ideias oriundas das movimentações ocorridas no centro do país.

Atento a estas manifestações, dando prioridade à ocorrida na empresa Coemsa, o segundo capítulo também faz observações a respeito da greve geral que aconteceu naquele mesmo ano e analisa a participação do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas nesta

¹³ CAMPILONGO, Maria Assunta. **O Sindicato e a Fábrica. A Nova Expressão de Luta de Classe no Movimento Operário-Sindical Recente: 1978-1985**. 238 f. Tese – Universidade de São Paulo, São Paulo/Porto Alegre, 1988. p.17. Grifo meu.

manifestação.

Igualmente envolvido nesta análise, encontra-se o modelo teórico que dá sustentação ao que foi discutido ao longo da pesquisa. É possível, desta forma, pensar o papel desempenhado pelos sindicalistas, enquanto um grupo de agentes sociais, através da teoria de Pierre Bourdieu e as suas noções de *espaço social*, *greve* e *manifestação*.

Bourdieu concede atenção às relações dos agentes sociais através das suas concepções a propósito destes conceitos, que são as suas unidades de análise para compreensão das práticas e das relações sociais. A sociologia de Bourdieu é uma sociologia das posições no mundo social. Uma sociologia de relações. O mundo social em que ocorrem estas relações sociais, por sua vez, é um *espaço*, considerado por ele como multidimensional. Dentro deste espaço multidimensional, a ação sindical representada através das greves ocorridas a partir de São Paulo, em 1978, podem ser apreendidas como instrumentos políticos e simbólicos de ação dentro do campo social do qual os metalúrgicos pertenciam.

Neste sentido, para o sociólogo francês, a *greve* é uma “estrutura objetiva das relações de força definida pela luta entre trabalhadores, de quem ela constitui a principal arma, e empregadores, juntamente com um terceiro ator – que talvez não seja um – o Estado”¹⁴. Desta forma, ela pode ser apreendida como um *aparelho de luta*, em conjunto com o *aparelho de mobilização* (sindicatos), dentro de um *campo de luta*, tal como se apresenta, no caso desta pesquisa, a sociedade brasileira no contexto da ditadura civil- militar. Paralelo à ideia de greve, o conceito de *manifestação* é também muito empregado na elaboração deste texto e por isso cabe também a definição dada por Bourdieu:

acto tipicamente mágico (o que não quer dizer desprovido de eficácia) pelo qual o grupo prático, virtual, ignorado, negado, se torna visível, manifesto, para os outros grupos e *para ele próprio*, atestando assim a sua existência pelo grupo conhecido e reconhecido, que aspira à institucionalização¹⁵.

Assim, o fato da “manifestação” ter também um caráter reconhecedor da identidade própria do grupo (revelada no trecho “*para ele próprio*”, acima citado) é interessante demonstrar que esta ideia também se mostrou manifesta na identificação própria dos trabalhadores metalúrgicos de Canoas com a frase que surge no íterim do “novo sindicalismo” na cidade: “*o sindicato somos nós, organizados na fábrica*”, ou seja, os agentes sociais são colocados no lugar do próprio aparelho de mobilização social. Deste modo, estes trabalhadores são, para Bourdieu,

¹⁴ BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1983, p. 195.

¹⁵ _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 118.

um “grupo preocupado em conhecer e fazer reconhecer a sua força, quer dizer, a sua existência”¹⁶ dentro do contexto em que se encontram. O “novo sindicalismo” age neste sentido, pois além de toda a contestação que impunha, ainda desejava que os sindicatos, sendo uma entidade representativa dos trabalhadores, fossem autônomos e livres de quaisquer injunções por parte do governo.

Cabe ainda tentar compreender qual é o conceito de *classe social*¹⁷ em Bourdieu, já que este conceito permeia, muitas vezes, as análises das relações de trabalho. Para o sociólogo francês, “as classes sociais não existem. O que existe é um espaço social, um espaço de diferenças, no qual as classes existem de algum modo em estado virtual, pontilhadas, não como um dado, mas como *algo que se trata de fazer*”¹⁸. Assim, não se encontra na teoria de Bourdieu um sujeito social a-histórico e paralisado, o que existe é a luta constante entre os agentes sociais para a ocupação dos espaços nos campos sociais.

Discutir sobre *espaço social, greve e manifestação* é debater sobre a luta dos agentes sociais, que pode, caso exista um trabalho de ação política, tornar-se prática e teoricamente *luta de classes*. Isto quer dizer que Bourdieu, ao apresentar estudos sobre a reprodução de classes e como se transferem as heranças distintivas nas sociedades contemporâneas, demonstra que é possível existir um trabalho político de construção da ação coletiva com o sentido de luta de classes.

A metodologia empregada nesta pesquisa foi pautada pelo exercício de aproximação e de comparação de casos concernentes à *história comparada*. A tarefa a qual se propõe este trabalho é, portanto, justamente, aproximar as ocorrências do movimento sindical do ABC Paulista, nos momentos finais do período militar, ao caso do Rio Grande do Sul, empregando para isso o exemplo de Canoas. A respeito do uso deste tipo de metodologia nas análises históricas, citamos a avaliação de Cláudio Batalha:

sempre é possível e desejável a introdução de alguma comparação em qualquer fenômeno estudado, mesmo que fundada no conhecimento desigual dos casos comparados e recorrendo à literatura secundária como fonte de informação. A comparação auxilia na elaboração das hipóteses explicativas e suscita questões que dificilmente surgiriam apenas com um estudo de caso. Somente a comparação

¹⁶ BOURDIEU, *Op. cit.*, 2001, p. 155.

¹⁷ Não será utilizada a definição de “classe social” neste trabalho. No entanto, muitos outros fizeram uso da mesma e agora estão sendo replicados aqui como fonte bibliográfica e por este motivo, sinto-me na necessidade de expor a digressão de Bourdieu a respeito da mesma até para podermos problematizá-la posteriormente.

¹⁸ BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1996, p. 26-27.

permite distinguir os traços gerais dos específicos, no estudo de um dado fenômeno¹⁹.

Por outro lado, também é válida a crítica de Silvia Petersen, que ensina que “estender ao Brasil os resultados de um estudo regional baseado nos casos do Rio de Janeiro ou São Paulo tem escasso valor para o entendimento dos matizes regionais”²⁰, ao analisar os estudos a respeito do movimento operário no início do século XX. Afirma que muitas avaliações que se pretendiam globais (em nível de Brasil), incorrem ao erro de ficarem na análise específica (casos do Rio de Janeiro e São Paulo), diminuindo desta forma as especificidades locais para os sempre debatidos casos carioca e paulista. Segundo Petersen, não podemos concluir as peculiaridades de um movimento social estudando apenas casos específicos onde eles ocorrem. É preciso uma visão geral que dê base para os estudos locais.

Nesse trabalho há um cuidado constante para que isso não aconteça. O estudo do caso de Canoas é a consequência do estudo do movimento do “novo sindicalismo”, que, embora iniciado no estado de São Paulo, teve repercussão muito forte em vários lugares do país. Tomar um estudo de caso, como o de Canoas, por si mesmo, sozinho, não seria suficiente para entender o “novo sindicalismo” para esta cidade. Desta forma, também, acreditamos que comparando Canoas com o ABC Paulista estamos contribuindo para o entendimento geral do movimento, sem perder de vista as particularidades regionais.

Assim, passamos a definir quais foram as fontes utilizadas para a pesquisa. Para Clarice Speranza, o histórico da documentação a respeito do “novo sindicalismo” no Rio Grande do Sul está relacionado

Ao hoje extinto Instituto de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos (IESPE) da Pontifícia Universidade Católica (PUCRS). O Centro de Documentação do Sindicalismo (CDS), criado em 1984 dentro do Instituto, proporcionou a execução de um projeto integrado de pesquisa sobre a ação sindical e a história dos movimentos dos trabalhadores. Os trabalhos oriundos do IESPE representam uma aproximação do grupo de cientistas sociais que o integrava com os então efervescentes movimentos sociais, suas práticas e ações.

O instituto produziu extensos levantamentos da movimentação grevista no estado entre 1945 e os inícios da década de 1990. A interrupção do funcionamento do IESPE provocou um decréscimo na produção sobre o tema na área. Transferido para Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o arquivo do CDS foi alvo de um incêndio em agosto de 1993, que destruiu boa parte de seu acervo, instalado então na Biblioteca de Ciências Sociais e Humanidades do Instituto de Filosofia e

¹⁹ BATALHA, Cláudio. H. M. Os desafios da História do Trabalho. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.87-104, jan./dez. 2006

²⁰ PETERSEN, Sílvia. R. F. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 3, p. 129-153, mai.1995.

Ciências Humanas (IFCH). Atualmente, o arquivo do CDS, hoje Centro de Documentação Social, é composto por coleções da imprensa alternativa e sindical dos anos 1970 e 1980, recortes de jornais da grande imprensa sobre a movimentação dos trabalhadores, panfletos e informativos de categorias, foi incorporado ao Núcleo de Pesquisa em História (NPH) do IFCH/UFRGS²¹.

Analisamos, então, os recortes do jornal *Correio do Povo* do ano de 1983, e que se encontram disponíveis nas pastas “Greves” e “Metalúrgicos” do acervo do CDS.

A respeito da utilização de jornais como fonte de informação e pesquisa para o campo historiográfico é interessante notar que pouca ou nenhuma menção à greve geral de 1983, pensada para acontecer em nível nacional, aparece nos periódicos de grande circulação no estado. Áurea Petersen²², analisando a movimentação grevista do triênio 1980-1983, nos explica o porquê de tal omissão: “o comportamento dos meios de comunicação pode ser explicado pelo fato das emissoras de rádio, as estações de televisão e a imprensa escrita terem recebido um documento do Governo que ‘recomendava uma atitude moderada’ na veiculação de notícias relacionadas com a preparação do evento”. A dissimulação e a tentativa de dispersão do evento eram tantas que o editorial da *Folha da Tarde* do dia 20 de julho de 1983, dia anterior da greve geral, colocava:

As lideranças sindicais brasileiras deveriam ponderar todos os prós e contras antes de marcar uma greve geral. Um protesto deste porte contra a política econômica do País oferece riscos de toda ordem, inclusive e principalmente caso venha fracassar (...).

Além do mais, do ponto de vista político, o quadro atual não aconselha um confronto com o Governo. O Presidente está nos Estados Unidos recuperando-se de uma operação cirúrgica no coração (...).

E, finalmente, a convocação de uma greve geral ilegal sob todos os aspectos poderá acarretar prejuízos sérios e irreversíveis para os trabalhadores que no momento, acima de tudo, estão preocupados, isto sim, com a manutenção do emprego.

O uso de jornais e periódicos, como fonte para o trabalho do historiador tem sido cada vez mais frequente. Nesse ponto, confirma-se a importância desse tipo de mídia para a compreensão do processo histórico de nossa sociedade e admite-se toda sua riqueza como fonte de informação histórica e toda sua diversidade e amplitude na apresentação das mais diversas temáticas sociais. No caso da pesquisa empregada não se buscou visualizar o maior número de jornais, esgotando exaustivamente as pastas dos arquivos. Ateve-se sobremaneira às informações

²¹ SPERANZA, Clarice Gontarski. A greve da oficina de chumbo: o movimento de resistência dos trabalhadores da Empresa Jornalística Caldas Júnior (Porto Alegre, 1983-1984). 245 f. Dissertação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

²² PETERSEN, Áurea T. T. **Movimentação grevista no Rio Grande do Sul (1980 – 1983)**. 360 f. Dissertação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1984. Cf. Jornal Folha da Tarde, 20 de julho de 1983.

constantes nas já mencionadas pastas do CDS e, majoritariamente, àquelas que diziam respeito à greve da empresa estudada (Coemsa), em 1983, sendo acompanhadas as notícias desde o início da greve, no dia 24 de março de 1983, até a decretação do seu fim, no dia 05 de abril de 1983. Cabe lembrar também que basicamente estas informações foram encontradas nas pastas citadas no jornal *Correio do Povo* e não na *Zero Hora*.

Utilizaremos também como fonte alguns depoimentos colhidos e editados por Maria Assunta Campilongo, a propósito de sua tese de doutorado, *O Sindicato e a Fábrica. A Nova Expressão de Luta de Classe no Movimento Operário-Sindical Recente: 1978-1985*²³, defendida dez anos após a insurgência do “novo sindicalismo” (1988), na Universidade de São Paulo (USP), na qual a autora e sua equipe entrevistaram uma série de trabalhadores das indústrias metalúrgicas de Canoas e pessoal envolvido com o Sindicato dos Metalúrgicos, no período aqui estudado. Além de Campilongo, Áurea Petersen estudou as manifestações dos trabalhadores no início da década de 1980, em sua dissertação de Mestrado em Sociologia “*Movimentação grevista no Rio Grande do Sul (1980-1983)*”²⁴. Estas autoras também nos servirão como fontes para o estudo do Rio Grande do Sul, já que fizeram estudos pioneiros a respeito do tema para o estado ainda na década de 1980.

Embora tenha havido um interessante contato com o Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, que se mostrou bastante interessado na pesquisa, solicitando inclusive que este trabalho seja apresentado para os que hoje estão envolvidos na entidade, a fim de (re) conhecerem a própria história, não foi possível, infelizmente, o contato direto com os materiais da entidade. Por razões colocadas pela direção, os informativos e folhetos que foram produzidos no período estudado, e anteriores também, não se encontram mais na sede do Sindicato, alegando terem sido extraviados por outra administração, no passado. Esta conduta da direção, em se desfazer da documentação, é também observada por Cattani:

Alguns [sindicatos] por prudência, ressabiados com as frequentes invasões policiais evitavam acumular materiais que revelassem sua atuação junto ao movimento social; outros o faziam por desconhecimento da importância da preservação da memória do movimento. A cada troca de diretoria era comum e ainda é, a eliminação dos materiais produzidos na gestão anterior²⁵.

²³ CAMPILONGO, Maria Assunta. **O Sindicato e a Fábrica. A Nova Expressão de Luta de Classe no Movimento Operário-Sindical Recente: 1978-1985**. 238 f. Tese – Universidade de São Paulo, São Paulo/Porto Alegre, 1988.

²⁴ PETERSEN, Áurea T. T. **Movimentação grevista no Rio Grande do Sul (1980 – 1983)**. 360 f. Dissertação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1984.

²⁵ CATTANI, Antonio D. **A ação coletiva dos trabalhadores**. Porto Alegre: SMCultura/ Palmarinca, 1991, p. 91.

Foi possível, no entanto, consultar os folhetos *A Voz do Metalúrgico* e *A voz e a vez do peão*, sendo este último produzido pelo Sindicato de Canoas até hoje, mas com exemplares para a consulta apenas a partir do ano de 1987, o que não ajudou na elaboração do trabalho com a problematização proposta. As atas de reuniões e assembleias que constam na entidade também se mostraram pouco utilizáveis, já que, feita a leitura, observamos que as mesmas tratavam de assuntos majoritariamente administrativos, como compra de insumos e produtos, o que também não auxiliou. A possibilidade de termos contato com o material produzido diretamente pelo Sindicato agregaria valor à pesquisa, pois conforme Sílvia Petersen, ter em mãos uma fonte que “tece uma malha de inteligibilidade, [a qual] oferece ao pesquisador uma visão geral preliminar, a partir da qual a documentação esparsa (atas, manifestos, panfletos, etc.) adquire possibilidades explicativas”²⁶. No entanto, não houve a possibilidade de termos acesso a tais documentos.

Para este trabalho, portanto, foi concedida atenção às ações dos trabalhadores e suas manifestações, na tentativa de entender de que forma estes agentes contribuíram para a mudança política na sociedade brasileira ocorrida a partir da década de 1980. Tentou-se ver, de igual forma, e principalmente, a relação dos movimentos grevistas inaugurados na região do ABC Paulista, em 1978, com os ocorridos no Rio Grande do Sul, a partir de 1980, colocando como exemplo desta inter-relação o caso da greve na empresa canoense Coemsa, em 1983.

²⁶ PETERSEN, Sílvia R. F., 1989 apud Antonio D. Cattani. *Op. Cit.*, 1991.

1. “DO VELHO AO NOVO”: PERCORRENDO O(S) CAMINHO(S) DO “NOVO SINDICALISMO”.

Neste primeiro capítulo pretendemos apresentar algumas considerações a respeito do movimento sindical no Brasil após a instauração do regime civil-militar, em 1964. Dentre estas, um panorama histórico do contexto em que o movimento sindical está inserido e como se deu a mudança da antiga prática sindical para o chamado “novo sindicalismo”, ou, *sindicalismo combativo*, nos anos finais da ditadura civil-militar brasileira. A importância social dos trabalhadores e os espaços sociais que estes passaram a ocupar deve-se, sobremaneira, a este novo momento do movimento sindical que surgia a partir de 1978.

A participação renovada dos trabalhadores pode-se dizer, foi produto de um peculiar momento político que o país atravessava. Os anos 1980 foram anos de intensas mobilizações sociais e o “novo sindicalismo” foi uma delas. Cabe lembrar ainda que o movimento sindical foi duramente atingido pela repressão imposta pelo golpe militar de 1964.

Serão analisadas neste capítulo as mobilizações articuladas pelos trabalhadores da indústria metalúrgica do estado de São Paulo, mais precisamente aquelas que aconteceram na região industrial do ABC Paulista, tendo em vista a sua grande influência no desenrolar dos anos finais do período militar no Brasil.

1.1 SINDICALISMO(S) NO BRASIL (1945 A 1978) – DO “VELHO” AO “NOVO” SINDICALISMO: ASPECTOS GERAIS

O ano de 1945 marcou o fim do primeiro período da Era Vargas (1937-1945) e o início do processo da Assembleia Nacional Constituinte, de 1946. O período que vai de 1945 a 1964 caracterizou-se pela ascensão das ações dos trabalhadores iniciado, ainda durante o governo varguista e detido, já em 1947, pela política repressiva do governo do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951)²⁷.

Em 1943, Vargas havia construído uma legislação social de proteção ao trabalho. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foi um documento que estabelecia e ampliava alguns

²⁷ A respeito do período, ver: NEGRO, Antonio L. e SILVA, Fernando T. da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N. (Org.). **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática** (volume 3). 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 48-96.

direitos para os trabalhadores brasileiros, como a jornada de oito horas e as férias remuneradas. No entanto, para poderem usufruir de direitos como a lei de férias, por exemplo, os trabalhadores tinham de ter carteira profissional, que só era expedida pelos sindicatos reconhecidos pelo Estado. Em 1946, já com o presidente Dutra, foi criada a Central Geral dos Trabalhadores Brasileiros (CGTB) como resposta à fragmentação do movimento sindical, pois mesmo diante da pressão dos trabalhadores pela autonomia sindical, a Constituinte daquele mesmo ano negou-se a estabelecê-la, mantendo inalterada a CLT.

Muitos sindicalistas romperam com o trabalho de massas e foram para outras organizações. Os sindicalistas “pelegos” se aproveitaram disso e se fortaleceram. De acordo com o dossiê produzido pela Fundação Getúlio Vargas para a Era Vargas, “pelego” é um:

termo utilizado para designar o dirigente sindical que defende as orientações do Ministério do Trabalho entre a classe trabalhadora, cumprindo assim o papel de intermediário entre os sindicatos e o governo. Em seu sentido próprio, a palavra designa a pele de carneiro que é colocada entre a sela e o corpo do cavalo com a finalidade de amaciar o contato entre o cavaleiro e o animal. Na maioria das vezes os dirigentes pelegos transformam o sindicato em um órgão essencialmente assistencial e recreativo, evitando que sirva de canal para reivindicações de melhores salários e condições de trabalho. Em muitos casos, os pelegos mantêm sindicatos chamados "de fachada" ou "de carimbo", entidades sem existência real que vivem do imposto sindical obrigatório recolhido de cada trabalhador, sindicalizado ou não. Muitas vezes, a designação pelego é atribuída aos dirigentes das federações e confederações sindicais, que têm acesso direto Ministério do Trabalho e vivem à sua sombra²⁸.

Os trabalhadores, percebendo que estavam isolados, começaram a voltar aos sindicatos, o que causou muitos conflitos com os interventores nomeados pelo governo. Os interventores eram dirigentes dos sindicatos nomeados pelo governo militar, a fim de que pudessem ter acesso a informações e/ou divulgá-las, em caso de ameaça à ordem militar. Maria Assunta Campilongo corrobora esta afirmação: “em inúmeros casos, o Estado impôs intervenções naqueles sindicatos mais atuantes. A intervenção federal nos sindicatos, principalmente a administrativa, foi praticada indiscriminadamente, com o fim de apagar o que ainda pudesse existir do movimento anterior e de suas lideranças mais combativas” [referindo-se aos eventos de greves de 1968]. E conclui: “consideramos que estas intervenções são uma forma transvestida de exercício mais direto do controle político efetuado pelo Estado para mascarar as formas de repressão política”²⁹.

Havia muitas discussões nas assembleias sindicais, o que culminou com a retirada e o

²⁸ Cf. Verbete “Pelego”, em <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/glossario/pelego>> Acesso em: 06 jun. 2012.

²⁹ CAMPILONGO, Op. Cit. 1988, p. 66.

fim destes representantes do governo. Em 1951, houve uma das mais importantes greves dos bancários em São Paulo, que durou 69 dias, projetando a figura de Jânio Quadros à cena pública nacional, vinculando-se aos movimentos populares contra a Lei de Segurança Nacional. Durante os anos de 1951 e 1952, a inflação e o custo de vida haviam subido mais do que o salário mínimo, que, desde 1943, quando foi criado, recebeu um único e insuficiente aumento.

O ano de 1953 marcou um novo momento de intensas ações dos trabalhadores. Nele ocorreram duas experiências grevistas particularmente importantes. Em março, aconteceu uma greve geral, que mobilizou 300 mil trabalhadores, particularmente os de São Paulo. Este movimento grevista deu origem a um comando intersindical, do qual nasceu uma organização à margem da estrutura sindical corporativa: o Pacto de Unidade Intersindical (PUI). Em junho, foi deflagrada a greve dos marítimos, diretamente relacionada à chegada de João Goulart ao Ministério do Trabalho. Se, por um lado, esse movimento inaugurou uma estratégia de negociação entre governo e sindicatos, por outro, desencadeou o temor de muitos, a começar pelo ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha, defensor de uma política de contenção de gastos e crítico de qualquer elevação salarial.

A política sindical exercida por Jango, quando da sua gestão no Ministério do Trabalho no segundo governo Vargas (1951-1954), foi marcada pela liberalização nas relações entre movimento sindical e Ministério do Trabalho, tendo tomado várias iniciativas importantes. Foi extinta a exigência de um pedido prévio e obrigatório para se realizar assembleias sindicais e, na mesma linha, aboliu-se o envio de um fiscal do ministério para observá-las. Também foram suspensos os adiantamentos em dinheiro, pela Comissão de Orientação Sindical, aos sindicatos, pois isso os colocava em posição de devedores e dependentes desse órgão do Ministério do Trabalho. Tais condições, somadas ao fim do atestado de ideologia e à nova decisão do Partido Comunista Brasileiro (PCB) de entrar na estrutura sindical oficial, resultaram em grande mobilização política dos trabalhadores e em um novo e acirrado tipo de competição entre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e os comunistas no terreno sindical.

Em 1957 e 1959 ocorreram paralisações na fábrica de automóveis Ford, em São Bernardo, que fizeram parte de movimentos mais amplos e já contavam com a participação de várias categorias de São Paulo e do ABC Paulista.

Em 1962, uma nova greve geral, dessa vez mais abrangente que a de 1953, terminou vitoriosa nas reivindicações salariais. Neste ano também foi fundado o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Conforme Lima, “o CGT teve como ponto de partida esse processo de ascensão do movimento sindical, que se deu depois que os comunistas abandonaram a ideia da

União Geral de Trabalhadores (UGT)³⁰». Em síntese, nesse período o movimento dos trabalhadores reivindicava o direito de greve, aumento salarial, tecia críticas ao alto custo de vida e queria reformas de base.

O período compreendido entre os anos de 1950 e 1962 caracterizou-se pelo *sindicalismo populista* que, por um lado, dinamizou o movimento dos trabalhadores através de organizações paralelas, não chegou, por outro, a denunciar a estrutura sindical existente. Entre seus componentes havia um grande número de trabalhadores atrelados ao serviço do Estado (transportes coletivos, marítimos, ferroviários, serviços portuários, assim como de empresas estatais, como as refinarias de petróleo). Essas categorias ligadas mais diretamente ao governo eram, por isso mesmo, mais facilmente influenciada por ele.

Outra característica desse período que convém destacar foi a valorização das cúpulas, que excluiu de suas atividades parcela imensa dos trabalhadores. A luta política, por isso, acabou sendo praticada por poucos. Provavelmente, tal quadro constituiu um dos fatores que contribuíram para que não houvesse reação ao movimento militar de 1º de abril de 1964.

A ditadura civil-militar, instaurada a partir de 1964, buscou, dentre outras ações, controlar e reestruturar o campo sindical, bem como limitar o acesso dos trabalhadores aos seus direitos trabalhistas. É neste íterim que, já sob a égide do primeiro governante, Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), foram instituídos a Lei de Greve e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em 1966. Este último objetivava, antes de tudo, acabar com a estabilidade no emprego, incentivando a rotatividade de empregados dentro das empresas³¹. A Lei de Greve (lei nº. 4330/1964) tinha claros interesses de configurar uma situação favorável para a atração de investimentos estrangeiros no país. Visava “apaziguar” as relações entre empregados e empregadores, para que a mão-de-obra brasileira pudesse tornar-se atraente às grandes empresas multinacionais. Seu efeito pode ser percebido a partir dos números abaixo:

Das 154 greves realizadas em 1962 e das 302 de 1963, o total caiu para 25 em 1965, 15 em 1966, 12 em 1970 e nenhuma em 1971. Entre 1973 e 1977, houve apenas 34 greves e operações-tartaruga³².

A partir da implantação dessa lei, os trabalhadores e os próprios sindicatos viam-se envolvidos por tantas exigências burocráticas para a decretação de uma greve, que muitas delas se tornariam inviáveis. O controle das relações de trabalho estava oficialmente nas mãos do

³⁰ LIMA, Luiz T. **Movimento Sindical e Luta de Classes**. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998, p. 27.

³¹ O que naturalmente enfraquecia qualquer tipo de organização e ação sindical mais sólidas, uma vez que muitos trabalhadores pouco tempo tinham dentro das empresas para se interessar pela ação sindical.

³² ERICKSON apud MOREIRA ALVES, M. H. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 1989 e 2005, p.77.

Estado. As greves eram, de certa forma, “autorizadas” pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT), que, na prática, só as aceitava nas seguintes condições: quando buscasse “a recuperação de salários com pagamento atrasado” ou “quando os empregadores não cumprissem com decisões judiciais”³³. Qualquer descumprimento dessas orientações acabava por expor tanto os empregados, quanto suas lideranças sindicais, a severas punições:

em hipótese alguma os trabalhadores podem fazer greve sem prévia autorização de um Tribunal Regional do Trabalho. Entre as penas previstas para greves não autorizadas estão a suspensão ou a demissão do trabalhador grevista sem indenização, o afastamento da liderança sindical, pesadas multas e até mesmo o puro e simples cancelamento do reconhecimento legal do sindicato³⁴.

Complementando todo tipo de ação legal que pudesse ser praticada pelo governo, não podemos esquecer também que dentro de sua estratégia, os movimentos de greve considerados ilegais eram encarados como “pressões”, ou seja, “atividade deliberada, intencional e contestatória à consecução ou manutenção dos objetivos nacionais”, contra os quais deveriam ser mobilizados todos os esforços no sentido de neutralizá-los. Logo, além das previsões legais, houve ainda perseguições, afastamento da liderança sindical e até mesmo prisões de sindicalistas³⁵.

É importante salientar que o nível de coerção aos movimentos sindicais variou muito no Brasil durante o governo militar. Enquanto em alguns movimentos não houve intervenção, em outros, a repressão foi violenta. Como exemplo, podemos citar o caso das greves que ocorreram no Rio Grande do Sul³⁶, no ano de 1979. Pelo menos uma delas, a dos bancários, teve forte repressão policial, intervenção no sindicato, com afastamento da diretoria e prisão de seu então presidente, Olívio Dutra. Em outras, como a dos motoristas de caminhão e a dos transportes urbanos, não houve interferência. O caso do magistério público estadual e o dos trabalhadores da construção civil foram tratados com repressão policial³⁷. A coerção aos movimentos sociais, acusados de comprometer a ordem pública ao contestarem o regime, eram previstos pela Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, a qual balizava a forma autoritária de governo dos militares.

O projeto dos militares de transformar o Brasil em uma grande potência baseava-se não apenas no rebaixamento salarial e das condições de trabalho, mas também no forte controle

³³ MOREIRA ALVES, *Op. Cit.* 1989, p.77.

³⁴ MOREIRA ALVES, *Op. Cit.* 1989, p.77.

³⁵ Isso pode ser observado já desde a “operação limpeza”, a partir da decretação do AI-1, logo nos primeiros dias após o golpe.

³⁶ O contexto das greves no estado do Rio Grande do Sul será mais detalhado adiante.

³⁷ MOREIRA ALVES, *Op. Cit.*, 1989, anexos, Tabela 11, Greves de 1979.

da ordem social - questões que aos poucos despertaram grandes ondas de insatisfações contra o governo. O aumento da repressão a cada período de acirramento das contestações acabou gerando um quadro de descontentamento cíclico, que podia ser medido a cada pleito eleitoral entre governo e oposição.

Outro ponto importante para o governo ao lidar com o controle sobre as greves foi preocupar-se em evitar qualquer tipo de manifestação de conteúdo político por parte dos grevistas. Conforme a Lei n.º 4330 e o Decreto Lei n.º 1632 de 4 de agosto de 1978, ficava claro que seria considerada ilegal qualquer greve “deflagrada por motivos políticos, partidários, religiosos, sociais, de apoio ou solidariedade, sem quaisquer reivindicações que interessassem, direta ou legitimamente, à categoria profissional”³⁸.

Ou seja, os movimentos grevistas não poderiam incluir em suas pautas de reivindicações nenhuma exigência ou manifestação fora dos interesses diretos da classe que representava. Deveriam resumir-se a questões salariais e de melhorias de condições de trabalho, sem tocar em assuntos do cenário político nacional. Logo, percebe-se a intenção de afastar o movimento sindical de qualquer tipo de “pressão” política sobre o governo. Talvez aí se encontre um dos fatores essenciais entre o nível de coerção diferenciado dos movimentos grevistas.

Ao mesmo tempo em que controlava a ação sindical, o governo militar a reestruturava. Isso quer dizer que não houve proibições desta ação, pelo contrário, empenhou-se em tornar o sindicato um braço aliado do governo, mantendo-o preso ao Ministério do Trabalho e distante das demandas mais urgentes dos trabalhadores.

Contudo, para compreendermos o novo momento do movimento sindical brasileiro, iniciado no final da década de 1970, é necessário recuarmos no tempo e chegarmos a 1968, nas manifestações sindicais ocorridas em Contagem (MG) e em Osasco (SP), pois ambas deram a tônica para influenciar o movimento de 1978.

1.1.1 AS GREVES DE 1968³⁹ - CONTAGEM E OSASCO: A PREPARAÇÃO PARA 1978

Os movimentos sindicais anteriores a 1978 mais expressivos após a instauração da ditadura civil-militar no Brasil ocorreram em 1968, nos municípios de Contagem e Osasco

³⁸ PRUNES, José Luiz Ferreira. **A Greve no Brasil**, São Paulo:LTr Editora, 1986, p.146.

³⁹ Ver: NEGRO, Antonio L. Pés e mãos do Brasil grande e potente. As greves de 1968 em Contagem e no ABC. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 6, n.º. 6, jul./dez. 2002. p. 157-183.

quando os trabalhadores das ditas cidades protagonizaram as maiores manifestações possíveis para um momento que antecedia ao fechamento da política nacional, em virtude do Ato Institucional nº.5.

Nestas cidades industriais, graças aos dispositivos de liberalização sindical previstos na Constituição de 1967, dirigentes de oposição haviam sido eleitos por meio de voto dos trabalhadores para as direções dos sindicatos, no lugar das diretorias conciliadoras ou interventoras. Porém, no município mineiro, o opositorista Ênio Seabra e sua diretoria foram depostos pelo Ministério do Trabalho antes mesmo de tomarem posse. Para Buonicore⁴⁰, o fato enfraqueceu o sindicato, já que a nova diretoria não adotaria medidas radicais como as propostas por Seabra. Mesmo assim, a luta dos trabalhadores mineiros por melhores salários e condições de trabalho ganhava força, com as organizações dentro das fábricas.

No dia 16 de abril de 1968 eclodiu uma greve no setor de trefilação da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. Os operários reivindicavam 25% de reajuste salarial, entre outras demandas. Houve grande adesão por parte dos trabalhadores, o que surpreendeu os militares e até mesmo o sindicato, que até então se restringia à busca de acordos, por temer repressão do governo, mas apoiou a paralisação. Segundo Buonicore, a mobilização caracterizou-se pela espontaneidade dos trabalhadores, “mas em todas as empresas onde houve greve, existiam movimentos de esquerda por trás, trabalhando na organização dos trabalhadores”⁴¹. A paralisação se ampliou às demais seções da Belgo-Mineira e chegou a outras indústrias de Contagem. No total, a mobilização envolveu milhares de trabalhadores, tendo sido a primeira grande greve durante a ditadura civil-militar no Brasil.

A paralisação só acabou cerca de dez dias depois, após a oferta de 10% de reajuste salarial feita pelo então ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho. Mesmo abaixo dos 25% pretendidos, a proposta foi imediatamente aceita pelo Sindicato de Contagem, mas não pelos operários, que só aceitaram os 10% depois da intervenção policial-militar na cidade e das medidas repressivas do governo. Em junho daquele ano (1968), o aumento foi estendido a todos os trabalhadores do país⁴².

Ao contrário do que ocorreu em Contagem, o sindicato metalúrgico de Osasco teve participação efetiva na mobilização. No ano de 1967, haviam ocorrido novas eleições para a diretoria deste sindicato e o momento foi marcado pelo surgimento de uma chapa de oposição.

⁴⁰ BUONICORE, Augusto. Estrutura Sindical: construção e resistência. Quinzena 275, **Debate Sindical**, n. 29, p. 3-5, nov./dez./jan. 1998/1999.

⁴¹ BUONICORE, *Op. Cit.*, 1998/1999.

⁴² Cf. MOREIRA ALVES, Maria H. *Estado e Oposição no Brasil (1964 – 1984)*, Bauru: Edusc, 2005.

José Ibrahim, candidato da oposição, foi eleito presidente do sindicato naquele ano.

Fato importante aconteceu na comemoração do 1º de Maio de 1968, na Praça da Sé, em São Paulo. Estavam reunidos os Sindicatos dos Metalúrgicos de São Paulo, de Osasco e São Bernardo do Campo. Durante as comemorações, ocorreu um ato de protesto contra o governador do estado, Abreu Sodré, então nomeado pelo Presidente da República. Aderiram às manifestações os representantes do sindicato de São Bernardo, que protestaram contra a política salarial, contra o regime ditatorial, e pelo direito de organização, ameaçando o desenlace de uma greve geral. No intuito de acalmar os ânimos, o próprio governador pediu a palavra, momento em que foi apedrejado pelos manifestantes, refugiando-se na sede do Sindicato dos Metalúrgicos da cidade de São Paulo, este considerado “pelego”⁴³.

Em Osasco, a greve iniciou no dia 16 de julho de 1968, mobilizando milhares de trabalhadores da Cobrasma (importante indústria metalúrgica do ramo de materiais ferroviários). Em seguida, a paralisação se estendeu a outras indústrias do município. A principal reivindicação era 35% de reajuste nos salários. “Mas em Osasco a repressão foi bem mais violenta do que em Contagem. Os militares estavam mais preparados para a situação”⁴⁴, afirma Buonicore. A repressão ao sindicato paulista era devido principalmente à ação grevista desencadeada em Minas Gerais, meses antes. Na tarde daquele dia, representantes do Ministério do Trabalho intervieram na Cobrasma e naquela noite os operários foram expulsos da fábrica pela força militar, seguindo ordem do governador, Abreu Sodré. Muitos trabalhadores foram presos e levados para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) na capital paulista, onde a tortura dos presos fazia parte da política repressiva do governo militar. Além disso, a sede do sindicato foi tomada pelos militares, as outras indústrias onde os operários haviam aderido à greve foram cercadas pelos soldados e as entradas e saídas de Osasco foram bloqueadas.

Depois da greve, ainda em 1968, a diretoria do sindicato foi cassada. Acordos impediram a demissão da maioria dos trabalhadores que participaram da mobilização. Alguns dirigentes sindicais que não foram presos tiveram de recorrer ao exílio ou à clandestinidade. Foi o caso de José Ibrahim que, demitido, passou a viver como clandestino e entrou para as ações da luta armada, na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Preso pouco tempo depois, foi um dos 15 presos políticos trocados pelo embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick em setembro de 1969. Em seguida passou dez anos exilado, voltando ao Brasil meses antes da

⁴³ TIBLE, Jean. Lutas operárias em São Paulo e no ABC nos anos 70. **Lugar Comum**, Rio de Janeiro, nº 25-26, s/d. Disponível em: <<http://ebookbrowse.com/110810121147lutas-oper%C3%A1rias-em-s%C3%A3o-Paulo-e-no-abc-nos-anos-70-jean-tible-pdf-d417058534>> Acesso em: 04 set. 2012.

⁴⁴ BUONICORE, *Op. Cit.* nov./dez./jan. 1998/1999.

Anistia, em 1979.

Estes movimentos deflagrados em Minas Gerais e São Paulo aconteceram antes da imposição do AI-5, que marcou em definitivo o endurecimento das ações mais repressivas da ditadura civil-militar. Após a promulgação desta legislação, muitos sindicatos passaram a ser reprimidos e vigiados pelos órgãos de repressão.

É possível afirmar que as greves mineira e paulista de 1968 foram as predecessoras das greves de 1978 no ABC Paulista⁴⁵ e de todo o período da década de 1980. Não apenas porque fizeram parte do mesmo contexto político, mas pelas suas estratégias e a própria consistência da ação sindical. Os princípios de organização dos trabalhadores pela base, de tentativa de democratização dos sindicatos e de liberdade e autonomia sindical estavam no cerne destas ações.

Dez anos depois, em 1978, essas lições pautaram a reorganização e ação sindical que emergiam em todo o país. Embora em momentos distintos, os protestos da década de 1960 e os da década de 1970 carregaram consigo a mácula de um regime de governo que pouco investiu em mudanças das condições reais de trabalho, tampouco ouviu as demandas da sociedade neste sentido. Ao invés disso, intervinha e reprimia quaisquer expressões de descontentamento por parte da população (e aqui cabe salientar os trabalhadores), apesar de demonstrar, por sua vez, um intenso interesse no desenvolvimento econômico do país.

O sentimento contido de descaso do governo para com os trabalhadores multiplicou-se dentro das fábricas na mesma proporção que ocorria a repressão, durante os períodos mais sombrios da ditadura civil-militar, ou seja, a partir do decreto do AI-5. Este sentimento aflorará e será exposto em dia e local determinados: 12 de maio de 1978 na fábrica da Scania-Saab, em São Bernardo do Campo (SP).

1.2 O CENÁRIO DA MUDANÇA

O ano é 1978. Os alicerces que sustentavam as estruturas do governo militar no Brasil tornavam-se cada vez mais fracos. O então Presidente da República, General Ernesto Geisel, eleito indiretamente em 1974, preparava o terreno da governança do País para o seu sucessor:

⁴⁵ O ABC Paulista foi e é conhecido por ser um importante polo industrial do Brasil. Reúne as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano e Diadema. Alguns autores chamam de ABCD Paulista, outros de apenas ABC. A escolha para este trabalho ficará sendo denominada a região do ABC Paulista.

João Baptista Figueiredo⁴⁶. Este iria, segundo as suas próprias palavras, “fazer do país uma democracia”. O caminho para a vitória de Figueiredo era certo, uma vez que o seu partido, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), uma agremiação política criada no bojo da instauração do regime de exceção no país para ser o “partido da situação”, impunha a maioria no Colégio Eleitoral, que escolhia indiretamente o Presidente da República⁴⁷. Para as eleições de 1978, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) buscou maior apoio de grupos da sociedade civil que também faziam oposição ao governo dos militares, obtendo relativo sucesso⁴⁸.

Concomitante ao processo político para a escolha indireta do Presidente da República, dos Senadores⁴⁹ e dos Deputados Estaduais e Federais, ocorria no país uma série de mobilizações

⁴⁶ Pode-se verificar o apoio incondicional por parte dos líderes arenistas ao candidato Figueiredo nas capas dos jornais *Correio do Povo* e *Zero Hora*. O *Correio do Povo* noticia, no dia 04 out. 1978, a seguinte manchete: “**Geisel adverte que Revolução não acabou**”, dando conta de um pronunciamento do então Presidente da República, General Ernesto Geisel, na cidade de Recife (PE), para diversos políticos arenistas, no qual refere-se ao ditadura civil-militar como a “revolução de 1964”, e que, até aquele presente momento “não havia acabado, e muito ainda teria que ser feito em prol dela e da sociedade brasileira”. Nas palavras de Geisel, a tal revolução iniciada em 1964 “já tem quinze anos e vai continuar com os senhores [os políticos ali presentes], com o futuro governador Marco Maciel e com o futuro presidente da República, João Baptista de Oliveira Figueiredo”. (Grifo meu). Cf. *Correio do Povo* (CP), 04 out. 1978. Já a *Zero Hora* assegura “**ARENA garante apoio total a Figueiredo**”. Este apoio, segundo discorre a notícia, advinha tanto do Presidente em gestão, Ernesto Geisel, quanto do próprio presidente do partido, Francelino Pereira, e outros dirigentes: “Presidente da Arena, Francelino Pereira, assegurou ao presidente Ernesto Geisel que o comparecimento da Arena ao Colégio Eleitoral será maciço e a votação em peso irá para o general João Baptista Figueiredo. Em Recife, Marco Maciel, que é presidente da Câmara e futuro governador de Pernambuco, garantiu não conhecer dentro de seu partido nenhuma corrente contrária à candidatura de Figueiredo à Presidência da República [...]”. Cf. *Zero Hora* (ZH), 10 out. 1978.

⁴⁷ A propósito da campanha política no ano de 1978, fora feita, no ano de 2010, uma pesquisa nos acervos de imprensa do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, enfocando, sobremaneira, os jornais *Correio do Povo* e *Zero Hora*. O período compreendido para a pesquisa fora de 01 out. 1978 a 22 nov. 1978, tendo em vista a verificação do final da campanha eleitoral daquele ano, acrescida ainda de uma semana após as eleições diretas para a Assembleia Legislativa, Câmara Federal e Senado, ocorridas em 15 nov. 1978, intencionando com isto a verificação da repercussão nos jornais do resultado do pleito. As partes analisadas dos jornais foram os cadernos de Política, Brasil e os encartes que eram divulgados nos finais de semana sobre as eleições: *Correio da Eleição*, pertencente ao *Correio do Povo* e o *Caderno da Eleição*, da *Zero Hora*. É importante salientar que o *Correio do Povo* não contava com a totalidade de exemplares no período pesquisado.

⁴⁸ O apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB) ao MDB, em especial, chamava a atenção, principalmente se verificarmos que as notícias deste apoio foram divulgadas no *Correio do Povo* nos dias 05 nov. 1978 (“*Geisel acusa infiltração de comunistas na oposição*” e “*Líderes acham que MDB vence com ou sem o apoio do PC*”) e 07 nov. 1978 (“*Presidente critica MD e lembra o apoio do manifesto de Prestes*”), e não na *Zero Hora*. Outro “lapso”, digamos assim, cometido pelo jornal da Rede Brasil Sul de Comunicação é verificado no jornal lançado no dia da reunião do Colégio Eleitoral para a escolha do Presidente da República, 15 out. 1978: noticiou-se “*Hoje a eleição de Figueiredo*”, na capa, ignorando a presença do candidato do MDB, Euler Bentes Monteiro, ao cargo. O *Correio do Povo*, neste sentido, abstém-se de qualquer posicionamento explícito, noticiando na sua capa, no mesmo dia, apenas “*Hoje a eleição do novo Presidente*”.

⁴⁹ É importante lembrar que eram escolhidos dois senadores por estado, sendo um por voto popular e outro imposto pela Presidência da República através da Lei Falcão (1976), que alterou as regras eleitorais e proibiu a livre propaganda política no rádio e na televisão. Essa medida legislativa foi instituída com o Pacote de Abril (1977), que estabelecia que um terço dos senadores não seriam eleitos pelo voto popular, mas indicados pelo Presidente da República, prática que a oposição denominou de “senador biônico”.

advindas principalmente dos grupos de oposição à ditadura civil-militar, que visavam, antes de tudo, a liberalização da mesma e a uma maior participação na condução da realidade política e social brasileira. Segundo explica Carla Rodeghero, estes grupos de oposição à ditadura:

apareceram como novos protagonistas nas disputas políticas que se desenvolvem ao longo do governo Figueiredo; passaram a pressionar o governo pelo alargamento da abrangência da abertura e tocam em questões que ficaram latentes na década e meia de ditadura e que nem sempre foram alvo dos discursos do partido oposicionista: o arrocho salarial, a falta de autonomia dos sindicatos, a questão agrária etc⁵⁰.

Da mesma forma, a historiadora Maria Helena Moreira Alves afirma que, nesta conjuntura, foi possível verificar a existência de dois tipos de grupos de oposição ao regime: uma *oposição de elite*, que congregava entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o próprio MDB. Por outro lado, haveria uma *oposição de base*, que congregava as associações de bairro, órgãos menores da Igreja e as entidades sindicais⁵¹. Com estes grupos de base, segundo Alves, o governo Geisel recusou-se a dialogar, no intento da relativização das ações repressivas exercidas pelos órgãos do regime. Caberia ao seu sucessor, João Baptista Figueiredo, a tarefa de tentar articular políticas de diálogo e negociação dos interesses dos grupos em questão. Dessa forma, o ano de 1978 apresentava-se imerso em um contexto de mudanças pelo qual o país passava.

Ainda no terreno político, a oposição, através do MDB, crescia em termos de votos e adesão em todo o País desde as eleições de 1974⁵², o que deixava os dirigentes arenistas bastante perturbados⁵³. O número expressivo de votos aos candidatos oposicionistas naquele pleito foi o

⁵⁰ RODEGHERO, Carla S. Ditadura civil-militar e Oposição. In: GERTZ, René E (org.). República: da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985). In: **República Velha: 1889-1930**. Passo Fundo: Méritos, 2007. Cap. IV, p. 105.

⁵¹ As noções de “oposição de elite”, “oposição de base” *versus* a situação, sitiada na Aliança Renovadora Nacional (ARENA), encontram-se discutidas no trabalho *Estado e Oposição no Brasil (1964 – 1984)*, de Maria Helena Moreira Alves.

⁵² O Jornal Folha de São Paulo noticiava em 19 de novembro de 1974 a seguinte manchete: “**MDB alcança um terço da câmara e ainda avança**” e no corpo da notícia: “*Os novos resultados das apurações em todo o País, divulgados ontem nas capitais de Estados, confirmam a conquista, pelo MDB, de mais de um terço das cadeiras na Câmara dos Deputados e abrem perspectivas de que o partido da Oposição vá além de 40%, o que deixa intranquilo o comando nacional da Arena, em Brasília*”. (Grifo meu). Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_19nov1974.htm>. Acesso em: 29 ago. 2012.

⁵³ Em entrevista ao jornal *Zero Hora*, o candidato a Vice-Presidência da República e então Governador do Estado de Minas Gerais, Aureliano Chaves (ARENA) indicou que, embora o caminho para a vitória dos candidatos arenistas naquelas eleições de 1978 fosse certo, o seu enfraquecimento, em consonância ao crescimento do MDB, também seguia o mesmo caminho da certeza. Chaves também afirmou que este enfraquecimento era natural em um sistema bipartidário. Isso ocorria, segundo ele, quando o partido da oposição tornava-se reivindicativo e forte da medida em que desgastava o partido da situação. “**Aureliano: difícil vitória da ARENA**”, *Zero Hora*, 10/10/1978, p.13.

primeiro grande protesto vivo, de amplitude até então desconhecida, contra o autoritarismo do pós-1964. O MDB obteve uma vitória bastante expressiva nos grandes centros urbanos, principalmente na região Centro-Sul, o que significava que boa parte da região mais desenvolvida do país não mais se dispunha a dar o seu voto de confiança ao governo dos militares⁵⁴. De maneira geral, Iuri Bauler Pereira nos ajuda a resumir o que foi a tônica das páginas dos jornais naquele ano:

o ano de 1978 é configurado na historiografia e nos discursos como momento de irrupção de uma série de movimentos sociais no Brasil, dentro de um contexto de questionamento da ditadura militar, iniciada com o golpe de 1964: o movimento grevista do ABC, símbolo do “novo sindicalismo”; a campanha pela Anistia; a formação de um campo democrático de oposição, congregando diversos grupos sociais e instituições; e a pressão em torno da “eleição” presidencial⁵⁵.

No Rio Grande do Sul, a título de exemplo, estas mudanças também eram sentidas, embora o governo militar continuasse investindo em medidas cautelares que contivessem o crescimento da oposição e mantivesse a escolha eleitoral de maneira indireta, de acordo com os seus interesses. Por meio das estratégias adotadas com a Lei Falcão e o Pacote de Abril, que visavam às eleições de 1978, o governo conseguiu manter a maioria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. No entanto, tais medidas não foram suficientes para conter o crescimento do MDB⁵⁶. A oposição se fortalecia cada vez mais. Dava-se por certo a crise da ditadura civil-militar.

⁵⁴ Estudos políticos apontam que a ARENA manteve-se forte nas áreas rurais e enfraqueceu, com o desenrolar do regime, nas áreas urbanas. Isto se deu devido, principalmente, ao fato destas áreas serem mais politizadas, bem como os acessos à educação e às informações mais facilitados.

⁵⁵ PEREIRA, Iuri B. 1978: um ano, muitos tempos. O “novo” sindicalismo na coleção imprensa alternativa e sindical do Centro de Documentação Social (CDS-NPH): exposição e instrumento de pesquisa. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008, p. 9. Disponível em <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/16055>>. Acesso em : 04 jun. 2012.

⁵⁶ Carla Rodeghero reapresenta as estatísticas eleitorais para 1978 produzidas por Maria Izabel Noll e Héliqio Trindade: “para a Assembleia Legislativa, o MDB fez 31 cadeiras, enquanto a ARENA alcançou 25. O partido de oposição conseguiu eleger Pedro Simon como senador, com quase 56% dos votos. No que se refere à votação para a Câmara Federal, o MDB também foi vitorioso. Fez 47,57% dos votos contra 38,27% da ARENA, o que representou 18 cadeiras para a oposição e 14 para a situação” (NOLL; TRINDADE, 1995, p. 209 apud RODEGHERO, 2007, p. 104).

1.3 O ABC PAULISTA ENTRA EM CENA: O COMBATE DO “NOVO SINDICALISMO” E O ESPAÇO SOCIAL RETOMADO

Com a manchete “*Operários da Scania entram em greve*”⁵⁷ o jornal Diário do Grande ABC informava, no dia 13 de maio de 1978, o início da greve no dia anterior de uma das maiores indústrias metalúrgicas do país. Naquele momento não se sabia o que hoje se sabe: aquela paralisação era estopim de um movimento social que sacudiria as bases da sociedade brasileira e a maneira que se conduzia a política até aquele instante. Era o início do “novo sindicalismo”.

Nas palavras de Clarice Gontarski Speranza⁵⁸, o novo movimento sindical pode ser pensado a partir de “uma onda de greves e mobilizações cujo marco inicial costuma ser identificado com a paralisação dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP), em 1978”, uma vez que estes foram os primeiros depois de dez anos a paralisarem as máquinas, cruzarem os braços e a repensarem a sua condição na sociedade e no trabalho. Os metalúrgicos que se insurgiram em 1978 ignoraram a legislação sindical repressiva vigente, rompendo, na prática, com a lei anti-greve (lei nº 4.330 de 1º de junho de 1964) iniciando uma atuação que tentava desatrelar o sindicato do Estado. Desta forma, sinalizavam para a formação de uma nova identidade sindical, através do enfrentamento entre eles e as medidas do governo.

A concepção teórica do conceito de *greve* na sociologia de Pierre Bourdieu ajuda-nos a compreender justamente a entrada em cena dos metalúrgicos do ABC, bem como as muitas manifestações grevistas que surgem a partir daquele momento e os seus enfrentamentos. Para o sociólogo francês, a greve é uma “estrutura objetiva das relações de força definida pela luta entre trabalhadores, de quem ela constitui a principal arma, e empregadores, juntamente com um terceiro ator – que talvez não seja um – o Estado”⁵⁹.

A retomada da iniciativa dos trabalhadores da região industrial paulista, no final da década de 1970, depois de dez anos sufocados pelo autoritarismo militar quando das últimas manifestações operárias ocorridas em Contagem e Osasco significou um renovado sentimento de mobilização desses trabalhadores. Esse foi, sem dúvida, o *segundo* momento importante no

⁵⁷ Cf. Jornal Diário do Grande ABC, 13/05/1978. Disponível no acervo do sítio da memória do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista, o ABC de Luta em: http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=196 Acesso em: 13 out. 2012. Outro importante acervo para a memória sindical paulista é o e também o do Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT: <<http://cedoc.cut.org.br/>>

⁵⁸ SPERANZA, Clarice G. **Lei e resistência no “novo sindicalismo”: a greve na Empresa Jornalística Caldas Júnior (Porto Alegre, 1983-1984)**. Grupo de Trabalho Mundos do Trabalho/ ANPUH. s/d. Disponível em <<http://www.ifch.unicamp.br/mundosdotrabalho/tex/claricesperanca.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2012.

⁵⁹ BOURDIEU, P. A greve e a ação política. In: BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

processo de transição política pelo qual passava o país.

Assim, os movimentos sociais ressurgiram com força de mobilização na segunda metade dos anos 1970. O AI-5 foi revogado apenas dez anos depois da sua instituição, exatamente na seara dos movimentos sociais que começaram a surgir naquele ano. Para Marco Aurélio Santana, “dentre estes movimentos podem ser listados o estudantil, o de mulheres, o de bairros e o contra a carestia. Articulados ou não ao movimento sindical, os movimentos sociais, em seu conjunto, engrossarão a luta democrática do período. Esta luta terá nos trabalhadores um sólido sustentáculo”⁶⁰. Estes movimentos se propagaram durante toda a década de 1980 e fizeram deste decênio, anos de intensa participação social no Brasil.

O epicentro da contestação política contra a ditadura civil-militar foi, a partir de 1978, o estado de São Paulo, em particular a região metropolitana. Posteriormente, estas mobilizações sociais vão tomar corpo e se espalhar por todo o país, chegando aos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, por exemplo. A greve iniciada na Saab-Scania conduziu o país a um movimento paredista expressivo no qual, dias após a decretação da greve naquela fábrica, outras também aderiram à ideia e paralisaram as suas atividades, em 15 de maio a Ford e em 16 a Volkswagen.

Na seara interpretativa, é possível induzir que, como o movimento paulista, de certo modo, as camadas média e baixa da população reagiram, enfim, contra o regime autoritário. Visivelmente, a sociedade civil se posicionou contra um modelo que, desde a sua instauração, em 1964, excluía grande parte da população de seus benefícios. Em alguma medida, os acontecimentos a partir de 1974, com o fortalecimento da oposição, funcionaram com uma ação dupla, pois, ao mesmo tempo em que atingiram o centro do poder por sua extensão e profundidade, trouxeram à tona formas variadas de organização da sociedade civil. Foi um impulso importante, com um efeito multiplicador considerável nos anos seguintes, para a definição dos destinos da incipiente abertura política que se iniciava naquele momento⁶¹.

O ressurgimento do movimento sindical no Brasil, atrelado às grandes greves de vários setores dentro da sociedade brasileira, aconteceu em meio às crises cruciais da ditadura civil-militar: a econômica (o milagre econômico idealizado pelo General-Presidente, Emílio Garrastazu Médici, dava muitos sinais de debilidade, provocando desemprego e queda salarial) e

⁶⁰ SANTANA, Marco A. Ditadura Militar e resistência operária: O movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. **Política e Sociedade**. Florianópolis, n.13 – outubro de 2008, p. 296. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/9321>. Acesso em: 22 ago. 2012.

⁶¹ RODRIGUES, Iram J. A Trajetória do Novo Sindicalismo. In: RODRIGUES, Iram Jácome (org.). **O Novo Sindicalismo: vinte anos depois**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 75.

a política (a própria pauta da política arenista era feita com a medida de articular recursos para conter o crescimento da oposição, a partir da expressiva derrota em 1974) que se desdobrava no país naquele período. Nesse contexto, a insatisfação dos trabalhadores cresceu. As primeiras greves foram deflagradas pelo setor metalúrgico do ABC Paulista. Inicialmente, as reivindicações se concentraram em reajustes salariais. Contudo, à medida que o movimento grevista adquiria força, os trabalhadores ampliaram suas reivindicações exigindo mudanças de cunho político, entre elas a abolição do controle governamental sobre os sindicatos, restabelecimento do direito de greve e a livre negociação com os empregadores. Marco Aurélio Santana, explicitando as ideias de José Álvaro Moisés, que foi, conforme já citado, um dos primeiros pesquisadores a respeito do tema, nos deixa isso claro, ao afirmar:

os impactos da ação destes novos atores, segundo Moisés (1981: 73), teria atingido a arena política geral de forma pouco palatável para o regime, ainda que este já se orientasse para a distensão. Deste modo, ‘partindo de reivindicações bem precisas e concretas, definidas no terreno especificamente sindical, o “novo sindicalismo” evoluiu no sentido de apresentar certas demandas políticas que não são toleradas pelo Estado’ O alcance destas ações, tentando a conquista de direitos sociais e políticos dos trabalhadores, projeta o “novo sindicalismo” na luta geral pela democracia no Brasil⁶².

Outras categorias de trabalhadores do setor industrial e do funcionalismo público (os petroleiros e os bancários, por exemplo) também deflagraram greves em várias partes do país, em observação ao movimento que vinha de São Paulo. Este fato tornou a mobilização muito heterogênea, em razão das muitas categorias que passaram a se organizar com o ensejo de fazer suas greves e paralisações.

Por outro lado, o governo reprimia os movimentos grevistas, principalmente os do ABC paulista. A demanda por repressão às mobilizações advinha dos próprios patrões que recorriam ao governo solicitando medidas punitivas a serem empregadas caso houvesse decretação de greve. O Ministro do Trabalho do governo Figueiredo (1979-1985), Murilo Macedo, agiu, por sua vez, também de forma contundente na repressão aos movimentos paredistas, tanto na consideração das greves como atos ilegais e ilegítimos quanto na intervenção nos sindicatos, retirando dos trabalhadores os seus “aparelhos de luta na unificação do campo de luta”, nas palavras de Bourdieu⁶³. Este campo de luta era a própria sociedade brasileira neste

⁶² SANTANA, Marco A. **Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro**. XXII Encontro Anual da ANPOCS. GT: Trabalhadores, Sindicalismo e Política. Caxambu, 27 a 31 de outubro de 1998, p.8. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n41/1754>. Acesso em: 30 set. 2012.

⁶³ BOURDIEU, P. A greve e a ação política. In: BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

momento de insurgência dos movimentos sociais. Com isso, os trabalhadores passaram a se reunir em outros lugares, tais como os salões paroquiais das igrejas⁶⁴.

Apesar de todo empenho, já não era mais possível ao governo militar manter o rígido controle estatal e policial sob os sindicatos e impedir o ressurgimento da oposição civil, aqui representada pelos sindicalistas. Havia ainda no final da década de 1970 uma continuidade das ações repressivas do Estado brasileiro. No entanto, estas passam a ser cada vez menos frequentes e isoladas. A geração envolvida nas mobilizações dos anos 1970 se mostrava ciente do aparelho repressivo e das ações de violência praticadas pelo Estado, e fez destas ações a sua bandeira de combate. Maria Paula Nascimento Araújo define como foi esta geração:

Essa geração, a geração dos anos 1970, era informada política e simbolicamente por um outro *ethos*: a luta pelos direitos humanos, contra o arbítrio e contra o autoritarismo. Havia crescido no ditadura civil-militar, conhecia a censura, as prisões arbitrárias, a cassação política dos professores e estudantes, sabia da existência da tortura e desejava ardentemente lutar contra isso. A nova tática fornecia essa possibilidade⁶⁵.

A paralisação nas indústrias do ABC Paulista iniciou a partir da denúncia de que o governo militar, entre os anos de 1973-1974, ainda sob a presidência do General Médici (1969-1974), havia manipulado os índices de inflação, mascarando o custo de vida e diminuindo 34,1% o salário dos trabalhadores. O Brasil que vivera sob o chamado “milagre econômico” demonstrava que o grande beneficiado deste "milagre" era o capital estrangeiro e as empresas estatais que se expandiram muito durante a ditadura civil-militar.

A economia nacional privada e as pequenas e médias empresas perdiam espaço e o endividamento externo crescia. Os trabalhadores, por sua vez, tinham seus salários rebaixados. Em 1978, novas regras são impostas à sociedade brasileira. Novamente são aumentadas as medidas contra as liberdades individuais e coletivas da população, alguns setores produtivos são postos sob a Lei de Segurança Nacional, sob a razão de serem de importância estratégica para o país. São proibidas as greves nos setores petrolífero, energético e de telecomunicações. A sociedade responde com ainda mais descontentamento.

Quando souberam da denúncia, os metalúrgicos paulistas pararam as suas atividades e requereram os 34,1% que haviam perdido. Os trabalhadores, organizados pelas suas demandas,

⁶⁴ O apoio da Igreja aos movimentos sociais naquele contexto, em especial ao sindical, e as novas práticas que passaram a pautar às ações desta instituição foram o tema do artigo de Marcelo Ayres Camurça, em “*A militância de esquerda (cristã) de Leonardo Boff e Frei Betto: da Teologia da Libertação à mística ecológica*”. In: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (Org.). *Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

⁶⁵ ARAÚJO, Maria P. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 332.

conseguiram reivindicar e questionar as medidas baixadas pela Presidência da República e sua equipe. Este ato aconteceu pela primeira vez depois de dez anos de um sindicalismo reprimido e sem o poder de ação. Speranza salienta ainda que “a consolidação do “novo sindicalismo” dava-se em meio à recessão, ao aumento da inflação e ao arrocho salarial, vinculadas a políticas no governo Figueiredo (1979-1985)”⁶⁶.

Em compensação, mas não contrariamente, na análise de Sonia Regina de Mendonça e Virginia Maria Fontes, o contexto traçado por Speranza é o mesmo da extinção do AI-5, imposto desde 1968 e revogado no final de 1978. Nas palavras de Mendonça e Fontes, “o fim do AI-5 em 1978 propiciou maior organização das oposições, ao repor algumas liberdades legais – como o fim da censura à imprensa, prisão somente com acusação formal, *habeas corpus* – e ao reduzir os mecanismos excepcionais de controle do Executivo sobre o Congresso”⁶⁷. As greves dos metalúrgicos a partir de São Paulo, no final da década de 1970, passaram a aumentar gradativamente em número e em influência.

Na visão de Marco Aurélio Santana⁶⁸, o “novo sindicalismo” emerge em um momento de intensa disputa entre projetos políticos e sindicais na esquerda brasileira (um exemplo é o racha que há dentro do próprio projeto de “novo sindicalismo” entre a Unidade Sindical e os chamados sindicalistas “autênticos”, aliados das Oposições Sindicais). Este autor vê no novo sindicalismo “uma atualização de práticas já experimentadas na história do sindicalismo” por setores progressistas, sem deixar de ressaltar a extrema importância do movimento na ampliação da participação dos trabalhadores na vida política do país. Ainda na colaboração de Santana, há a ideia de que:

após a greve de 1978, tornaram-se possíveis outras mobilizações, em um processo que se consolida e amplia com as greves de metalúrgicos em 1979 e 1980, às quais, em volume ainda maior que na anterior, se incorporaram outras categorias (bancários, petroleiros, professores etc.) em todo o país, em uma verdadeira ascensão da classe trabalhadora no Brasil do período.⁶⁹

⁶⁶ SPERANZA, Clarice G. **Lei e resistência no “novo sindicalismo”: a greve na Empresa Jornalística Caldas Júnior (Porto Alegre, 1983-1984)**. Grupo de Trabalho Mundos do Trabalho/ ANPUH. s/d. Disponível em <<http://www.ifch.unicamp.br/mundosdotrabalho/tex/clariceesperanca.pdf>>. Acesso em 10 set. 2012.

⁶⁷ MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil recente: 1964-1992**. São Paulo: Editora Ática, 2006, p.76.

⁶⁸ SANTANA, Marco Aurélio. Política e História em disputa: o “novo sindicalismo” e a ideia de ruptura com o passado. In: RODRIGUES, Iram Jácome (Org). **O novo sindicalismo: vinte anos depois**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

⁶⁹ _____. **Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N. (Org.). **O Brasil republicano: O tempo da ditadura: ditadura civil-militar e movimentos sociais em fins do século XX** (volume 4). 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.p. 289.

No final dos anos 1970 e início dos 1980, a eclosão das greves foi essencial para a construção da imagem de “novo sindicalismo” entre os líderes sindicais e nos meios acadêmicos. As paralisações do trabalho implicavam, em tal interpretação, numa ideia de promessa de ruptura definitiva dos trabalhadores com a estrutura legal corporativista vigente no país e com os limites impostos pela ditadura. Eder Sader⁷⁰, por exemplo, elaborou um trabalho hoje clássico sobre a resistência operária na Grande São Paulo entre 1970 e 1980, discutindo a matriz discursiva do que considerou um novo sujeito político. A imagem de ruptura ajudou a fermentar a mobilização contra o governo, solidificou o uso do termo “novo” relacionado a este sindicalismo mobilizador e contribuiu fortemente para a desvalorização da atuação sindical pré-1964. Desta forma, para ele, “constitui-se um novo sujeito político quando emerge uma matriz discursiva capaz de reordenar os enunciados, nomear aspirações difusas ou articulá-las de outro modo, logrando que os indivíduos se reconheçam nesses significados”⁷¹.

Atento também ao debate da retomada das ações dos trabalhadores no final da década de 1970, Marcelo Badaró Mattos, em seu trabalho *Novos e velhos sindicalismos – Rio de Janeiro (1955/1988)*, explica:

Do ponto de vista da ação sindical, o período compreendido entre 1978 e 1987 assistiu a 6.593 greves. Somente neste último ano, mais de 9 milhões de trabalhadores cruzaram os braços, resultando em 132 milhões de jornadas não trabalhadas. Operários das grandes indústrias automobilísticas, trabalhadores do setor de serviços, empregados do Estado, enfim, todos os setores assalariados tomaram parte de movimentos grevistas no período. Quatro greves gerais - 1983, 86, 87 e 89 - com níveis diferenciados, porém significativos, de adesão também marcaram a década. A onda grevista foi apenas o principal indício de uma retomada das lutas sindicais que iniciou-se numa conjuntura ditatorial, forçando os limites da legislação de controle sobre os sindicatos e das regras de exceção do Estado autoritário, num movimento que pela sua expressividade foi batizado de “novo sindicalismo”. Outra manifestação desta retomada sindical foi a criação, em menos de quinze anos, de várias centrais sindicais, sendo três delas representativas de contingentes significativos de trabalhadores⁷².

O advento do “novo sindicalismo” vai ser marcado, portanto, por um período de lutas e de construção de uma identidade dos trabalhadores, expressa na negação da velha estrutura sindical brasileira e na crítica à legislação trabalhista. Esta identidade ainda se afirmava através do poder de pressão dado, sobremaneira, pelas paralisações em massa e pela identificação com a oposição à ditadura civil-militar. Esta identidade era oriunda da força de organização destes

⁷⁰ SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁷¹ SADER, *Op. Cit.*, 1988, p. 60.

⁷² MATTOS, Marcelo B. *Op. Cit.* 1998, p. 33-34.

trabalhadores. Tal organização começava no núcleo onde todos se encontravam: os locais de trabalho, as fábricas e, posteriormente, nos sindicatos, onde eram feitas todas as assembleias e reuniões de negociação e de possíveis deflagrações de greve da categoria. O ideal de agir dentro dos locais de trabalho, através das criadas “comissões de fábrica”, prioritariamente, foi a grande ideia do “novo sindicalismo”.

Tais estratégias fizeram com que o movimento sindical dos anos 1980 ascendesse de uma forma muito expressiva. Isto é verificável, por exemplo, no bojo da reforma partidária - ocorrida em 1979 - (e da volta à legalidade dos partidos ditos comunistas, bem como da refundação daqueles orientados pelas propostas trabalhistas dos anos 1940-60, em 1980) o surgimento de um partido de orientação à esquerda que intencionava, especialmente, a afluência de todos os trabalhadores em sua base, negando, assim, os pressupostos de todos os outros partidos existentes naquele momento, mesmo aqueles que se diziam combatentes do regime e/ou os trabalhistas. Este partido era o Partido dos Trabalhadores (PT), surgido a partir do “novo sindicalismo”.

Pouco tempo depois, em 1981, com o movimento e os ideais solidificados, e a composição destes cada vez mais plural, por meio da Conferência das Classes Trabalhadoras (CONCLAT) surgiu a ideia da criação de um organismo intersindical, que materializasse a ideia do “novo sindicalismo” de expansão por todo o país, irradiado em todas as categorias de trabalhadores. Embora, a ideia de criação de uma central sindical não fosse nova, pois em outros momentos da história dos movimentos sindicais no Brasil já havia a mesma perspectiva, é interessante verificarmos a recepção negativa por parte do governo, pois uma unificação das demandas sindicais criaria uma oposição ainda mais forte ao regime. Isso não agradava aos militares, pois já no dia 10 de outubro de 1978, o *Correio do Povo* noticiava: *Prieto afirma que governo não vai permitir central sindical*, revelando no corpo da notícia a declaração do Ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, empossado por Geisel: “A central única do trabalhador é fora da lei e o governo evidentemente, não permitirá que surjam entidades desse tipo para tumultuar a vida sindical brasileira”⁷³.

Corroborando a ideia de que a composição do novo movimento sindical era plural e muitas vezes divergente em suas ações, Lucília Delgado⁷⁴ expõe a informação do jornal *Ligação*,

⁷³ Cf. *Correio do Povo*, 10 out. 1978, p. 8.

⁷⁴ DELGADO, Lucília de A. N. Entre o velho e o novo: a CGT em discussão. **Análise e Conjuntura**, Belo Horizonte, v.6, n.º. 1, jan./abr. de 1991.
Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/revista/analiseconjuntura/viewarticle.php?id=211>> Acesso em 24 de out. 2012.

dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, no qual mostra-se quais eram os grupos de ação dentro do “novo sindicalismo”:

De um lado estava o bloco combativo, tendo o Sindicato Metalúrgico de São Bernardo do Campo e Diadema como grande símbolo, rejeitando a política de conciliação de classe, o peleguismo e o acomodamento. De outro lado, a chamada unidade sindical, à qual juntava-se os direitistas de antes do regime militar, muitos sindicalistas moderados e os reformistas do PCB, PCdoB e MR8. (Jornal Ligação, São Bernardo do Campo/SP).

Marco Aurélio Santana apresenta uma definição semelhante⁷⁵:

De um lado, os chamados sindicalistas “autênticos” reunidos em torno dos sindicalistas metalúrgicos do ABC, agregando sindicalistas de diversas categorias e partes do país, os quais, com os grupos integrantes das chamadas “Oposições Sindicais” que compunham o autodenominado bloco “combativo”. Tendo sindicalistas como Lula (metalúrgicos de São Bernardo), Olívio Dutra (bancários de Porto Alegre) e Jacó Bitar (petroleiros de Campinas), como nomes de ponta, esse setor formaria a base do “novo sindicalismo”. De outro, a “Unidade Sindical” que agrupava lideranças tradicionais no interior do movimento sindical (muitas delas vinculadas ao setor conservador do sindicalismo, denominado “pelego”), e os militantes de setores da esquerda dita “tradicional”, tais como o PCB, o PCdoB e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8).

Foi no desenrolar desse processo, em meio às divergências que o expunha, que os envolvidos com a criação do organismo intersindical decidiram criar a Comissão Nacional Pró-CUT, que organizaria, em 1982, um novo encontro, com o intuito de planejarem a criação da intersindical. No entanto, as divergências se acentuaram entre os grupos que o jornal Ligação nos mostrou. Em 1983, durante o I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), realizado em São Bernardo do Campo, surgiu a Central Única dos Trabalhadores (CUT), enquanto um organismo intersindical agregador e representante dos interesses dos trabalhadores.

A CUT foi originada pelo “novo sindicalismo” combativo. Ela surge da afluência deste novo movimento sindical, e este, do projeto das Oposições Sindicais. A sua criação contou com o apoio do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, berço do “novo sindicalismo”, e de simpatizantes e dirigentes do PT.

Já a Unidade Sindical, o outro projeto de ação do “novo sindicalismo”, por sua vez, deu origem a CGT (Central Geral de Trabalhadores), em 1986, marcando uma profunda oposição às decisões cutistas, dentro do seio das entidades intersindicais. A CGT contou com o apoio do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e do PMDB, PCB, PCdoB e MR8.

Nos estudos que surgiram *a posteriori* destes embates, a história do ressurgimento do

⁷⁵ SANTANA, Marco *Op. Cit.* 2008, p.303.

movimento sindical a partir do ocaso da ditadura civil-militar vai se confundir com a própria história do PT e também com a da CUT, uma vez que todos eles são frutos da mesma dinâmica histórica. Uma vez vistas as causas e os desdobramentos que deram origem e influenciaram o “novo sindicalismo” no Brasil, passaremos então a ver como isto aconteceu no Rio Grande do Sul e, especificamente, o caso de Canoas.

2. “SINDICATO SOMOS NÓS, ORGANIZADOS NA FÁBRICA”: O MOVIMENTO SINDICAL NO RIO GRANDE DO SUL – O CASO DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE CANOAS NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1980 E A GREVE NA COEMSA.

O papel da Oposição Sindical é dismantelar a atual estrutura e construir uma nova, independente dos patrões e do governo, a partir da organização de fábrica.

(Oposição Sindical Metalúrgica)⁷⁶

No segundo capítulo passaremos a analisar mais detidamente o caso do “novo sindicalismo” no Rio Grande do Sul, concentrando maior atenção ao caso de Canoas e ao desenlace da greve geral ocorrida em 1983. É importante salientar que não foi apenas em Canoas, de forma isolada, que movimento do “novo sindicalismo” repercutiu. Em Porto Alegre também aconteceram greves e manifestações oriundas de tal movimento. No entanto, o principal objetivo deste capítulo é a demonstração de como Canoas recebeu o movimento do “novo sindicalismo” nos ditames das ideias do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, o que determinou, posteriormente, o desenvolvimento das Oposições Sindicais Metalúrgicas no município, com apoio do seu sindicato, tal como havia ocorrido na região paulista.

2.1 O “NOVO SINDICALISMO” CHEGA AO SUL DO BRASIL

O Brasil viveu no final da década de 1970 e início da de 1980 sob várias manifestações sociais. Dentre estas esteve a particular participação dos trabalhadores no cenário político nacional, através de suas manifestações de insatisfação, por meio de greves. Corroborando a ideia, a afirmação de Maria Paula Nascimento Araújo esclarece que “o movimento operário, que havia se mantido de certa forma ausente da luta contra a ditadura militar – em função da severa vigilância que os órgãos da repressão exerciam sobre ele –, recuperava um papel de protagonista no cenário político do fim do regime”⁷⁷. Deste modo, a década de 1980 representou um marco na história grevista brasileira. Se em anos anteriores, devido à censura instaurada pela ditadura civil-militar, fenômenos sociais, tais como notícias de

⁷⁶ GIANOTTI, Vito, 1987, apud MATTOS, Marcelo B. *Op. Cit.*, 1998, p.63.

⁷⁷ ARAÚJO, Maria P. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *Op. Cit.*, 2007.

greve, ficavam restritos às publicações sindicais e à imprensa alternativa, na sua grande maioria, a partir dos 1980, quando os metalúrgicos do ABC Paulista promoveram os diversos embates contra o governo militar, estas passaram a ocupar o centro das atenções políticas, situação que terminou repercutindo na mídia de todo o país.

A intensidade dos movimentos grevistas no ano de 1979 no Brasil também teve forte expressão na cidade de Porto Alegre. Bancários, operários da construção civil, professores e trabalhadores da indústria do vestuário foram as categorias mais expressivas na paralisação de suas atividades. Sentia-se plenamente na cidade o clima que movia os sindicatos do país inteiro: a busca das perdas salariais ocorridas durante os anos da ditadura civil-militar, então possibilitadas pela “disposição” do governo em aceitar maiores liberdades civis expressas principalmente pela revogação do AI-5, no final de 1978. Contudo, é importante lembrar que esta “disposição” do governo nas tentativas de negociação não anulava as suas medidas de repressão, tais como a de prender lideranças sindicais e grevistas. O caso sempre citado deste tipo de ação foi a prisão do líder da greve dos bancários em Porto Alegre, Olívio Dutra, em 1979.

Essas mobilizações sindicais ocorridas no estado sob o contexto do “novo sindicalismo”, ou seja, a partir de 1978, segundo a análise de Áurea Petersen e Elizabeth Pedroso⁷⁸, chegaram a somar, em 1979, o número de 29 greves em que estiveram participando trabalhadores de 15 categorias. Da mesma forma, estes números são avaliados por Antônio Davi Cattani. O autor traça um panorama das manifestações em prol das greves no estado no final da década de 1970, culminando em toda década de 1980:

em 1979, sucederam-se greves de professores (imobilizados desde 1956), bancários, mineiros, trabalhadores da construção civil, entre outras. Aproximadamente 236.000 trabalhadores estiveram envolvidos intensamente com essas paralisações. A greve dos bancários foi duramente reprimida com a demissão de 400 grevistas e com a prisão dos líderes do movimento. Mas, apesar disso, a coesão do movimento foi ampliada, configurando elementos ideológicos, discursivos e políticos que foram referência para a década seguinte⁷⁹.

Da mesma forma, Clarice Speranza sintetiza o movimento no estado e as suas implicações:

⁷⁸ PETERSEN, Áurea; PEDROSO, Elizabeth. Movimentos sociais urbanos (1930-85). In: GERTZ, René E. **República: da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. Cap. IV, pp. 193-235.

⁷⁹ CATTANI, Antonio D. Movimento Sindical – o permanente desafio da renovação. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, (14) 2, p. 667-686, 1993. Disponível em <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1637/2007>. Acesso em: 04 abr. 2012.

Greves não eram novidade no início dos anos 80. Pelo contrário. Os movimentos de protesto dos trabalhadores brasileiros que haviam ressurgido na cena pública no final dos 70, com as paralisações metalúrgicas da região do ABC paulista, pareciam em plena consolidação no ano de 1983. Em julho, houve a primeira greve geral deflagrada depois do golpe militar de 1964. No mês seguinte, foi fundada, em São Bernardo do Campo (SP), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), marco da institucionalização do novo sindicalismo. As paralisações de trabalhadores alcançaram em 1983 o número de 393 em todo o Brasil e, no Rio Grande do Sul, chegaram a 34, mais do que o dobro do total do ano anterior⁸⁰.

É interessante notar que entre os anos 1980 e 1983, “o número de greves ocorridas no Rio Grande do Sul elevou-se a cento e vinte movimentos e o número de ameaças de greves, a noventa e um, o que pode ser considerado bastante significativo para um período de apenas quatro anos”, assevera Petersen⁸¹. Entretanto, também é importante notar que Ricardo Antunes, ao analisar o movimento paulista, toma as greves como principal indício da transformação do sindicalismo nacional, embora admitindo um quadro de refluxo do movimento grevista entre 1980 e 1983 em comparação com o final da década anterior⁸². Isto ocorria justamente quando os quadros de greves e paralisações parciais registravam, no Rio Grande do Sul, uma situação contrária.

Resta claro também que as várias manifestações que aconteceram no estado durante esse período, além do cunho social, tinham um cunho político, o que catalisaria, poucos anos mais tarde, a redemocratização do país. O Rio Grande do Sul, então, teve elevada importância em todo este processo do qual o “novo sindicalismo” paulista foi o desencadeador.

Todos estes fatores que implicaram em ações grevistas, ou quase grevistas, no caso das ameaças de greve, demonstram a insatisfação dos trabalhadores rio-grandenses com a repressão empreendida pelo governo militar, justamente em um momento em que os centros urbanos do estado, em particular a região metropolitana de Porto Alegre, passavam a ficar mais povoados, em detrimento das áreas rurais. Segundo Regina Weber,

nos anos 80, algumas cidades da região metropolitana de Porto Alegre (RMPA) são vistas ora como cidades-dormitório, ora como municípios que estão se

⁸⁰ SPERANZA, Clarice Gontarski. **A greve da oficina de chumbo: o movimento de resistência dos trabalhadores da Empresa Jornalística Caldas Júnior (Porto Alegre, 1983-1984)**. 245 f. Dissertação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007. p. 44.

⁸¹ PETERSEN, Áurea T. T. **Movimentação grevista no Rio Grande do Sul (1980 – 1983)**. 360 f. Dissertação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1984..

⁸² ANTUNES, Ricardo: **A rebeldia do trabalho. O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80**. Campinas: Unicamp, 1992; **O novo sindicalismo**. São Paulo: Scritta, 1991 e **O novo sindicalismo no Brasil**. Campinas: Pontes, 1995.

industrializando e gerando empregos em virtude dos distritos industriais, construídos a partir da década de 70”⁸³.

A cidade de Canoas, por exemplo, na avaliação da autora, seria o caso de um lugar que estava se industrializando, na mesma medida em que recebia novos moradores e mudava a sua estrutura habitacional: “em 1970, metade da população da região metropolitana era constituída por migrantes, estabelecidos principalmente em Esteio, Cachoeirinha, Alvorada, Sapucaia do Sul e Canoas”⁸⁴. Entre ser uma “cidade-dormitório” ou uma “cidade operária” durante a década de 1980, Canoas estava mais bem qualificada na segunda opção: “a criação do Distrito Industrial de Canoas, junto a um conjunto habitacional, previa oferta de ‘emprego para parte dos habitantes daquela região’”⁸⁵. As próximas páginas deste texto são uma tentativa de compreender esta característica industrial da cidade de Canoas, bem como o movimento sindical que ocorre no início da década de 1980.

2.2 CANOAS: UM ESTUDO DE CASO PARA O “NOVO SINDICALISMO”

“Ela [Canoas] assume maior relevância, devido ao peso industrial do município. Em 1980, Canoas era o quarto município da Região Metropolitana de Porto Alegre em concentração industrial”⁸⁶.

A cidade de Canoas manteve durante cerca de vinte anos um sindicato inerte às demandas dos trabalhadores. O Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas foi concebido entre o fim dos anos 1950 e o início dos anos 1960, durante o período da redemocratização após a Era Vargas, dada a importância da indústria metal-mecânica na região. A entidade sindical dos metalúrgicos de Canoas foi fundada em 1960, mas obteve o registro apenas em maio de 1963, através da Carta Sindical fornecida pelo Ministério do Trabalho.

Com a implantação da ditadura civil-militar no Brasil, a cidade de Canoas foi considerada “área de interesse e segurança nacional” por sediar em seu território a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobrás) e os comandos da Aeronáutica e do Exército, o que supunha

⁸³ WEBER, Regina. A região metropolitana e as “cidades-operárias”. In: GRIJÓ, L. A.; KÜHN, F.; GUAZZELLI, C. A. B.; NEUMANN, E. S (Org.). **Capítulos de História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 369.

⁸⁴ GRIJÓ, L. A. *et al. Op. Cit.*, 2004, p. 371.

⁸⁵ GRIJÓ, L. A. *et al. Op. Cit.*, 2004, p. 384. A autora utiliza informações extraídas do jornal *Zero Hora*, de 1988, para historiar a criação de loteamentos habitacionais e do Distrito Industrial em Canoas (ver nota de rodapé no texto original).

⁸⁶ CAMPILONGO, *Op. Cit.*, 1988, p.85.

a presença constante de militares na cidade, motivo pelo qual os movimentos sociais ficavam impedidos de progredir.

As áreas de interesse e segurança nacional foram criadas em 1968 e eram municípios brasileiros situados em pontos estratégicos do território nacional, incluindo também todas as capitais estaduais e algumas regiões de fronteira, e, por serem considerados assim, perdiam a sua autonomia política, passando a ter prefeitos nomeados pelo governo federal. Também neste período, os sindicatos foram fechados e seus líderes perseguidos e interrogados pelos órgãos da repressão. De acordo com Maria Helena Moreira Alves, “o Estado de Segurança Nacional valeu-se de mecanismos de controle já existentes para afastar líderes sindicais de oposição de seus cargos e intensificar seu próprio controle direto sobre os sindicatos. Esta política perdurou durante muitos anos”⁸⁷.

Não há registro, pela escassez de fontes para os períodos anteriores a 1980, de que o Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas tenha sofrido intervenção ou fechamento, mas é possível que, como os demais sindicatos, fosse constantemente vigiado. A inércia do Sindicato de Canoas (ligada ao “velho sindicalismo pelego”) começou a alterar no final da década de 1970, com a influência das mobilizações advindas de São Paulo e a mudança, através de votação por parte dos trabalhadores sindicalizados, da diretoria da entidade. Neste sentido, no final de 1981, ocorre um fato relevante ao fortalecimento do “novo sindicalismo”: a eleição de Paulo Renato Paim para presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas. Para Campilongo “as oposições sindicais assumiram o sindicato em 1982, e este foi o início da implantação do chamado **sindicalismo combativo**”⁸⁸.

Por estar fortemente alinhado às ideias de mudança do movimento sindical iniciado em São Bernardo do Campo, Paulo Paim trouxe para a sua administração as bases das Oposições Sindicais⁸⁹, que eram ideias-fruto de um trabalho sindical feito desde o início da década de 1970 nas indústrias de São Paulo e que se consolidaram a partir de 1978 com a emergência do “novo sindicalismo”. Esta nova forma de agir dos sindicatos eram parte da estratégia do “novo sindicalismo” combativo, o que levou, por sua vez, ao desenvolvimento das comissões de fábrica.

As comissões de fábrica eram formadas por grupos de trabalhadores que atuavam

⁸⁷ MOREIRA ALVES, *Op. Cit.* 2005, p.147.

⁸⁸ CAMPILONGO, *Op. Cit.*, 1988, p. 192. Grifo da autora.

⁸⁹ Segundo o relato do grupo da Oposição Sindical Metalúrgica de Canoas, a partir da administração de Paim: “a ideia dessa oposição, em Canoas, foi, então, a de derrubar o pelego, tomar o sindicato, derrubar toda a diretoria. Mas assim, de não deixar um”. Oposição Sindical Metalúrgica, apud CAMPILONGO, *Op. Cit.*, 1988, p. 102.

dentro da própria empresa, sob o intermédio do sindicato. Conforme Campilongo, “é no sindicato, à luz das questões emergentes na fábrica, que as alternativas concretizam-se em experiências. Através da comissão, o sindicato mantém um contato mais direto com a fábrica e seus vários setores, estabelecendo-se, desta forma, um sistema de realimentação do movimento à base de informações e intervenções mais seguras, para atingir os objetivos propostos”⁹⁰. Foi com este mote que surgiu a frase que caracterizaria os trabalhadores metalúrgicos canoenses: “*o sindicato somos nós, organizados na fábrica*”. Com este ideal em vista, Campilongo esclarece:

O trabalho sindical deste grupo, nesse período, dirigia-se a questões e problemas voltados prioritariamente para as condições de trabalho nas fábricas, desenvolvendo o seu trabalho dentro delas⁹¹.

A grande novidade que o movimento sindical advindo da região do ABC Paulista havia trazido era justamente uma nova forma de atuação dos sindicatos, que passaram a exercer um papel mais direto junto aos trabalhadores. Os sindicatos deixaram de ser meros assistentes e passaram a atuar de fato dentro dos ambientes de trabalho, através dos seus representantes, por meio das comissões de fábrica. Estas comissões intentavam, antes de tudo, aproximar o trabalhador no seu local de trabalho, bem como incentivar as ações para a conquista de seus direitos. Tinham por objetivo representar os interesses específicos dos trabalhadores de cada fábrica e tornaram-se a grande estratégia do “novo sindicalismo”. “A fábrica como local privilegiado da ação é a característica mais marcante deste novo sindicalismo”, concorda Campilongo⁹².

A primeira comissão de fábrica, oficialmente reconhecida em nível nacional foi da Ford do Brasil, em São Bernardo do Campo, durante a greve ocorrida em 1981. Isso quer dizer que, a partir daquele momento, a ação sindical passava a ser regulada pelos ditames do “novo sindicalismo”. Em Canoas, a partir da experiência de greve realizada na Companhia Eletromecânica S/A (Coemsa), em 1983, na qual atuaram o Sindicato dos Metalúrgicos da cidade e uma comissão de fábrica clandestina, isto é, não reconhecida pela empresa, foi possível perceber a consagração desta nova forma de ação dos trabalhadores, que viria, naquele mesmo ano, moldar e influenciar a criação de comissões de fábrica e a deflagração de greves em outras indústrias canoenses. “A partir do início do funcionamento do grupo clandestino de fábrica, estes problemas [de condições de trabalho] foram e continuavam sendo constantemente levantados;

⁹⁰ CAMPILONGO, *Op. Cit.*, 1988, p. 186.

⁹¹ CAMPILONGO, *Op. Cit.*, 1988, p. 106.

⁹² CAMPILONGO, *Op. Cit.*, 1988, p. 80.

eram encaminhados ao sindicato, que orientava a atuação da comissão clandestina”⁹³, esclarece Campilongo. Nesta medida, o próprio sindicato reconhece o papel importante delegado às comissões de fábrica:

Nós entendemos hoje que uma nova estrutura sindical passa por comissões de fábrica, sindicatos, comissões municipais, comissões estaduais, regionais, até chegar à Central Única... as comissões de fábrica por local de trabalho, elas tem um maior poder, entendo hoje, da classe trabalhadora porque é o seu poder dentro da fábrica. Porque o sindicato quer queira, quer não, é uma entidade fora da fábrica e a comissão fica sendo o braço (do sindicato) dentro da fábrica... a comissão de fábrica, sendo o braço do sindicato, é como se o sindicato estivesse dentro da fábrica⁹⁴.

Através das ideias semeadas pelo “novo sindicalismo”, Paulo Paim, ao tomar posse da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, em 1982, objetivava que o sindicato tivesse uma atuação mais próxima dos trabalhadores, isto é, que fosse um “*aparelho de luta*”, nas palavras de Bourdieu, através do incentivo à formação das comissões de fábrica. “Em Canoas, por força de pressão e atuação, o sindicato dos metalúrgicos tornou-se o interlocutor reconhecido pelas empresas e pelo movimento na grande maioria das negociações” e “este trabalho conjunto com o sindicato tem possibilitado, no decorrer do período, uma maior democratização e participação mais efetiva dos operários na tomada de decisões”⁹⁵, conforme Campilongo. Na percepção desta autora, a cidade de Canoas está inscrita, em meados da década de 1980, no contexto maior do novo movimento sindical brasileiro:

guardando as devidas proporções, o movimento da oposição sindical metalúrgica de Canoas insere-se no quadro de redefinição do movimento operário-sindical de 1978 em diante e também, em graus variados, colocou na ordem do dia as mesmas questões, quais sejam: um questionamento sobre as condições de trabalho, a proposta de novas alternativas de organização e a formação de uma nova geração de lideranças surgidas, em sua grande maioria, a partir dos locais de trabalho, que tiveram sua ação pautada por um trabalho de fábrica. Juntamente com a crítica radical à estrutura atrelada do sindicato, trouxeram à tona o questionamento do próprio espaço onde ocorria essa luta: a fábrica⁹⁶.

Outro ponto importante da ação e história do “novo sindicalismo” foi o incentivo às greves. Estes movimentos paredistas seriam tomados como uma redimensão das formas de

⁹³ CAMPILONGO, *Op. Cit.*, 1988, p. 193.

⁹⁴ Sindicato dos trabalhadores nas indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico de Canoas. Entrevista com a diretoria executiva, concedida a Maria Assunta Campilongo e Rosemary Brum Ferreti, Canoas, 20 nov. 1984b. In: CAMPILONGO, Maria A., 1988.

⁹⁵ CAMPILONGO, *Op. Cit.*, 1988, p. 109 e 187, respectivamente.

⁹⁶ CAMPILONGO, *Op. Cit.*, 1988, p. 84.

enfrentamento e participação dos trabalhadores na cena política do país. Em Canoas, como não poderia deixar de ser, eles foram desencadeados sempre com a intermediação do Sindicato e das comissões de fábrica. Uma delas é objeto de análise das próximas páginas deste trabalho: a greve ocorrida na Companhia Eletromecânica S/A (Coemsa), em março de 1983, a qual teve uma forte articulação no interior da empresa, demonstrando, desta forma, o alcance da comissão de fábrica instituída naquele ambiente.

2.3 A GREVE NA COEMSA

Com a manchete “*Greve paralisa 1.300 metalúrgicos: Canoas*”, o jornal *Correio do Povo*⁹⁷ anunciava, no dia 25 de março de 1983, o começo da greve na Coemsa (Companhia Eletromecânica S/A), importante empresa canoense de geradores e transformadores elétricos, que duraria 12 dias (de 24 de março a 5 de abril) de paralisação⁹⁸. Para entendermos a deflagração desta greve é importante lembrar que o início da década de 1980 é colocado, na bibliografia e nos jornais consultados, como os anos da recessão econômica, em que demissões e greves fizeram parte deste contexto (“*Novas demissões podem acontecer nas indústrias do setor da metalurgia*”⁹⁹). A greve ocorrida na Coemsa esteve pautada por este contexto, uma vez que ela foi deflagrada devido à demissão de 40 funcionários e à ameaça de demissão de mais 300, sob a alegação de que o governo teria cortado verbas para o setor industrial.

O movimento paredista canoense teve como fator relevante o fato de ter sido “a primeira greve política no Rio Grande do Sul após 1964”¹⁰⁰. Era, pois, uma reivindicação dos trabalhadores pela estabilidade no emprego, exatamente por conta da crise econômica e política que o país atravessava do período. A estabilidade no emprego, como citamos no início do trabalho, havia sido extinta em 1966, quando foi criado no seu lugar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

As manchetes “*Coemsa faz proposta para dar fim à greve*”¹⁰¹, “*Operários da Coemsa*

⁹⁷ Cf. *Correio do Povo*, 25 mar. 1983, p. 23.

⁹⁸ A média foi de quatro dias nas paralisações do setor público e três nas do setor privado em 1983 e cinco dias no público e três no privado em 1984, segundo NORONHA, Eduardo. A explosão das greves na década de 80. In: BOITO JR, A. (org). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. São Paulo: Paz e Terra, 1991. p. 108-135.

⁹⁹ Cf. *Correio do Povo*, 05 ago. 1983, p. 13.

¹⁰⁰ CAMPILONGO, *Op. Cit.*, 1988, p. 118.

¹⁰¹ Cf. *Correio do Povo*, 26 mar. 1983, p. 11.

*tem assembleia hoje*¹⁰², “*Coemsa: solução difícil*”¹⁰³, “*Operários da Coemsa continuam o movimento*”¹⁰⁴, “*Coemsa afirma que há infiltração na greve*”¹⁰⁵, “*Debate sobre as causas da greve na Coemsa*”¹⁰⁶, “*MTb pronto a decretar greve ilegal na Coemsa*”¹⁰⁷ e “*Operários da Coemsa aceitam proposta e encerram a greve*”¹⁰⁸, dão conta de um acompanhamento quase diário das negociações ocorridas entre o Sindicato e a empresa de Canoas por parte do periódico da empresa Caldas Júnior. É interessante mencionar que na notícia que segue a manchete “*Operários da Coemsa continuam o movimento*” é colocado que a greve que ocorria naquela empresa tinha o apoio de 27 sindicatos metalúrgicos, segundo afirmação do presidente da Federação dos Metalúrgicos do Rio Grande do Sul à época, Valdomiro Orso, demonstrando assim a importância de tal movimento na seara das reivindicações dos trabalhadores metalúrgicos naquele momento. Mesmo com um apoio significativo da sociedade, o governo não abdicava das suas tentativas de reprimir o movimento. A ameaça da decretação da greve como ilegal era utilizada como recurso, do governo federal, para tentar enfraquecer as greves, que, na década de 1980, tomaram o país.

As negociações seguiram-se, todas intermediadas pelo Sindicato, e tentavam conquistar a estabilidade, o direito à greve e a negativa de demissões em massa. Estas negociações eram levadas pelo Sindicato, em nome dos trabalhadores, que momentos antes se encontravam em assembleias coletivas para decisão da pauta reivindicatória. Os trabalhadores tentavam reunir o maior número de colegas na manifestação. Assim, na notícia que segue a manchete “*Operários da Coemsa continuam o movimento*”, é explicitada a afirmação de Paulo Paim, presidente do Sindicato, de que 90% dos trabalhadores haviam aderido à greve. Para que a greve fosse aceita por todos, o Sindicato, conforme a notícia, incitava que os grevistas fizessem uma concentração na frente da empresa, a fim de pedir o apoio daqueles que ainda continuavam trabalhando e fortalecer o movimento.

As greves do setor metalúrgico, no entanto, se observadas nas páginas dos jornais, não tiveram uma longa duração. Em geral, as paralisações metalúrgicas duravam poucos dias ou até mesmo poucas horas, pois a força exercida neste tipo de ação era bastante significativa (as empresas temiam o “prejuízo” das horas paradas). A greve na fábrica colocada como um

¹⁰² Cf. *Correio do Povo*, 27 mar. 1983, p. 13.

¹⁰³ Cf. *Correio do Povo*, 29 mar. 1983, p. 22.

¹⁰⁴ Cf. *Correio do Povo*, 30 mar. 1983, p. 11.

¹⁰⁵ Cf. *Correio do Povo*, 31 mar. 1983, p. 10.

¹⁰⁶ Cf. *Correio do Povo*, 31 mar. 1983, p. 9.

¹⁰⁷ Cf. *Correio do Povo*, 01 abr. 1983, p. 9.

¹⁰⁸ Cf. *Correio do Povo*, 06 abr. 1983, p. 9.

exemplo para o estudo do caso do “novo sindicalismo” em Canoas durou 12 dias, uma faixa de tempo significativa, tal como a greve dos 41 dias, ocorrida no ABC Paulista no ano de 1980, na qual 300 mil metalúrgicos daquela região e adjacências paralisaram as suas atividades¹⁰⁹. Por isso, é que a duração desse movimento foi expressiva. Bourdieu nos explica que “no caso dos trabalhadores, a greve é o instrumento principal de luta, porque uma das únicas armas que dispõem é justamente a paralisação do trabalho, paralisação total (secessão ou greve) ou paralisação parcial (operação-tartaruga)”¹¹⁰.

Devemos considerar também, e principalmente, o fato de ter existido um importante trabalho de grupo, exercido pelas oposições sindicais dentro da fábrica da Coemsa. Neste caso, a atuação da comissão desta fábrica era de forma clandestina, pois não havia recebido o reconhecimento da empresa, embora já atuasse no sentido de incitar a participação e reivindicação dos trabalhadores. Até o final da greve, em 5 de abril de 1983, a comissão se manteve ilegal, mas serviu como exemplo para as demais empresas que também deflagraram greve na cidade naquele ano (caso das empresas Massey-Ferguson e Vogg) e que tinham igualmente as suas comissões de fábrica constituídas. Para Bourdieu, nestes casos, “permanece o fato de que a mobilização da classe operária se liga à existência de um aparelho simbólico da produção de instrumentos de percepção e de expressão do mundo social e das lutas do trabalho”¹¹¹. Estes “instrumentos de percepção e de expressão do mundo social e das lutas do trabalho” contidos na experiência da Coemsa podem ser observados na seguinte passagem:

A Coemsa era a grande referência. Era a fábrica que botava mais gente em assembleia. Era a fábrica de grande referência da categoria... Tem fábricas que se tornam meio referência de trabalho a nível da categoria e que assumem a direção de fato. E a Coemsa era muito isso¹¹².

A Coemsa era uma fábrica que, nos dizeres das lideranças sindicais, segundo Campilongo, sempre se distinguiu por apresentar certa tradição de luta e de enfrentamento com as chefias e os patrões, mobilizando-se a partir dos problemas específicos existentes, tanto de cunho salarial como referentes à conquista e garantia de melhores condições de trabalho. Neste sentido, Bourdieu, ao tentar entender quais são as reivindicações legítimas dos trabalhadores, contribui para a nossa análise:

¹⁰⁹ MACEDO, Francisco Barbosa de. A Greve de 1980: redes sociais e espaço urbano na mobilização coletiva dos metalúrgicos de São Bernardo no Campo. **Mundos do Trabalho**. Campinas, vol. 3, n.º. 5, p. 136-165, jan.- jun. 2011.

¹¹⁰ BOURDIEU, P. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1983.

¹¹¹ _____. *Op. Cit.*, 1983.

¹¹² Oposições sindicais metalúrgicas, apud CAMPILONGO, *Op. Cit.*, 1988, p. 119.

Em que consiste a definição da reivindicação legítima? Aqui é fundamental, como notou Michele Perrot, considerar a estrutura do sistema de reivindicações e, como notou Tilly, a estrutura dos instrumentos de luta. Não se pode estudar uma reivindicação como a que concerne o salário independentemente do sistema das outras reivindicações (condições de trabalho, etc.)¹¹³.

Resta claro, portanto, a importância dessa greve para o movimento conhecido como o “novo sindicalismo”, pois teve as características marcantes desse período. O “novo sindicalismo” objetivava desde o início das suas manifestações a uma redefinição dos espaços participativos para os trabalhadores e as greves foram um instrumento para isso, a exemplo da Coemsa. Por este motivo é que se afirma que as greves tiveram um papel fundante no contexto deste novo movimento. Como mostrou Mattos, em relação ao sindicalismo carioca, a partir de meados da década de 1980, “ser novo no sindicalismo era, também e talvez principalmente, fazer greves”¹¹⁴. Assim como, para o sociólogo francês Pierre Bourdieu,

a greve é um instrumento particularmente interessante: é um instrumento de violência real que tem efeitos simbólicos através da manifestação, da coesão do grupo, da ruptura coletiva com a ordem comum que ela produz, etc. O específico das estratégias dos trabalhadores é que elas só são eficazes se são coletivas, portanto, conscientes e metódicas, isto é, mediatizadas por uma organização encarregada de definir os objetivos e organizar a luta. Isto bastaria para explicar que a condição operária tende a favorecer disposições coletivistas¹¹⁵.

A greve na Coemsa terminava com a lição de que “a luta continua”¹¹⁶, conforme palavras do presidente do Sindicato e dos grevistas, e com algumas das suas demandas atendidas. A partir deste movimento, significativo em termos de adesão, de reivindicação e de apoio, outros ocorreram, colocando a greve na Coemsa como um exemplo a ser seguido. Embora, como já dito, a comissão de fábrica nesta empresa não tenha existido formalmente, o grupo ilegal que lá se organizou tratou de fazer o trabalho mobilizatório, sendo eles mesmos o sindicato. É desta forma que se assume a importância da frase “*o sindicato somos nós, organizados na fábrica*”, no contexto desta greve.

¹¹³ BOURDIEU, P. *Op. Cit.*, 1983.

¹¹⁴ MATTOS. *Op. Cit.*, 1998.

¹¹⁵ BOURDIEU, P. *Op. Cit.*, 1983.

¹¹⁶ Conforme a notícia que segue a manchete “*Operários da Coemsa aceitam proposta e encerram a greve*”, do dia 06 de abril de 1983, no jornal *Correio do Povo*.

2.4 A GREVE GERAL DE 1983

Avançando no ano de 1983, após a greve na Coemsa, para o dia 21 de julho de 1983 foi agendada uma greve geral nacional contra o arrocho salarial. Organizada pela Comissão Nacional Pró-CUT, a greve geral objetivava paralisar em todo o Brasil o maior número de trabalhadores possível, das mais diversas categorias, tais como: bancários, comerciários, metalúrgicos, metroviários, servidores públicos etc. As categorias reclamavam o seu direito ao trabalho, uma vez que, com a alteração da política salarial e as dificuldades econômicas pelas quais o país passava naquele início da década de 1980, a ameaça de demissões e o aumento do desemprego se tornavam latentes.

A palavra de ordem que então surgiu no meio dos trabalhadores era “estabilidade”, tal como fora na greve da Coemsa. A estabilidade no emprego seria, para os trabalhadores, a única forma possível para enfrentar o cenário caótico de desemprego que aparecia. A ideia do desemprego em massa alarmou as entidades sindicais e fez da greve geral uma saída na demonstração da inquietação dos trabalhadores e de suas entidades representativas. Comitês, reuniões, assembleias gerais de diversas categorias e abaixo-assinados foram preparados para a discussão daquela que seria a mais importante reação generalizada das políticas empreendidas pelo governo. “A greve geral do dia 21 de julho começava a ser preparada, embora, nesse momento, ainda não houvesse uma data fixada para sua realização”, aponta Petersen para os momentos de preparação do movimento¹¹⁷.

No referido dia, 21 de julho de 1983, ocorreram manifestações nas principais capitais e regiões metropolitanas do país, com passeatas, arrastões e piquetes. O governo militar, embora ensaiasse a liberalização do regime com a abertura política, reprimiu o movimento, intervindo nos sindicatos, cassando dirigentes e prendendo trabalhadores.

Áurea Petersen e Elizabeth Pedroso nos mostram um interessante “relato” de como foi articulada a greve geral (proposta pelas lideranças sindicais nacionais para o dia 21 de julho de 1983) no Rio Grande do Sul. As autoras afirmam que apenas em São Paulo a mobilização foi total e que “no Rio Grande do Sul ocorreram manifestações públicas de protesto em várias cidades, dentre as quais, Porto Alegre, Canoas, Viamão, Gravataí, Novo Hamburgo, Santa Maria, Ijuí, Caxias do Sul e Pelotas”. A respeito da manifestação na capital do estado, ambas as autoras narram:

¹¹⁷ PETERSEN, Áurea T. T. *Op. Cit.*, 1984.

Em Porto Alegre, ao meio dia ocorreu uma concentração massiva no Largo da Prefeitura, organizada pela CET/RS, com a participação de 8 mil trabalhadores, militantes, líderes sindicais, líderes estudantis e políticos de oposição. Após a concentração, uma parcela dos presentes, com cartazes e faixas, foi, em passeata até a sede do governo, o Palácio Piratini, cercado por forte aparato policial¹¹⁸.

As autoras continuam, desta vez enfatizando a importante participação na manifestação daquele dia de inverno dos trabalhadores de Canoas, organizados pelo sindicato metalúrgico da cidade, em apoio a Porto Alegre: “juntaram-se aos manifestantes da capital cerca de 1.000 trabalhadores, vindos de Canoas, em caminhada organizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas daquela cidade, liderada pelo seu presidente Paulo Paim, para se incorporarem ao ato da capital”.

É igualmente importante a reflexão sobre o conceito “*greve geral*” que o sociólogo francês, Pierre Bourdieu nos traz, chamando atenção criticamente para a tradição sociológica que tende a fazer uma generalização deste tipo de movimento. Ele questiona e nos faz refletir a propósito deste poder de mobilização que uma greve geral teria: “será que o fato de toda greve deflagrada poder se generalizar (evidentemente com maiores ou menores chances segundo o setor, mais ou menos estratégico – ou simbólico – do aparelho econômico em que se situa) não nos inclina a superestimar a unificação objetiva deste campo?”¹¹⁹.

Naturalmente, o que Bourdieu nos aconselha nesta reflexão é que tenhamos cuidado com este tipo de “unificação objetiva do campo”, traduzindo o erro comum, talvez, de pensarmos uma greve geral como uma greve total. A “greve geral” de 1983, embora muito importante, por ter exposto e posto as pessoas nas ruas, no apoio as suas e demais categorias, não contou com toda a população trabalhadora à época.

¹¹⁸ PETERSEN, Áurea; PEDROSO, Elizabeth. *Op. Cit.*, 2007.

¹¹⁹ BOURDIEU, P. *Op. Cit.*, 1983.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo feito através dessa monografia, conseguimos inferir aquilo que Bourdieu coloca também ao final do seu artigo:

Tendo estabelecido o sistema dos fatores determinantes da estrutura da relação de forças, seria preciso enfim estabelecer os fatores próprios para reforçar ou enfraquecer a ação destes fatores. Seja, por exemplo, a conjuntura econômica e em particular o grau de tensão do mercado de trabalho; a situação política e a intensidade da repressão; a experiência das lutas anteriores que, entre os dominantes, favorece o desenvolvimento dos métodos de manipulação e da arte das concessões e, entre os dominados, o domínio dos métodos proletários de luta (com uma tendência correlativa à ritualização das estratégias); o grau de homogeneidade ou de heterogeneidade da classe operária; as condições de trabalho, etc. Em cada conjuntura histórica, é o conjunto destes fatores (que por sinal não são independentes) que varia, definindo o estado da relação de forças e através disto, as estratégias que visam transformá-lo¹²⁰.

A análise aqui apresentada sobre o “novo sindicalismo” objetivou, sobretudo, demonstrar como as manifestações iniciadas no ABC Paulista, naquele 12 de maio de 1978, chegaram ao Rio Grande do Sul, e, especialmente, à cidade de Canoas, que é colocada a par daquela região paulista por sua forte importância industrial e neste sentido buscou-se a aproximação entre as duas. Assim, foi possível estabelecermos uma comparação com o movimento ocorrido em solo canoense, por ser uma cidade com um viés sindical tão forte quanto o daquela região industrial paulista, mais especificamente a cidade de São Bernardo do Campo, a qual Canoas pôde ser comparada.

Além disso, outra característica relevante e que permitiu a comparação entre Canoas e a região do ABC foi o fato de concentrarem atividades metalúrgica e sindical muito fortes, a ponto de o ex-Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, que é oriundo desse setor, e foi destacadamente uma figura atrelada a esse movimento como um todo, ser colocado ao lado de Paulo Renato Paim, que se tornou o grande nome do movimento sindical em Canoas, ao introduzir nesta cidade as ideias do “novo sindicalismo”, a partir da sua gestão, em 1982. Para Bourdieu, este entendimento em nível regional favorece o entendimento do todo, uma vez que “a estrutura de classes tal como é apreendida em escala local parece ser uma mediação importante para se compreender as estratégias da classe operária”¹²¹. Por esta afirmativa, ao analisarmos o caso de Canoas, tal como fizemos neste texto, estamos também, ao fim e ao cabo, conhecendo e reconhecendo o movimento do “novo sindicalismo”, no Brasil.

¹²⁰ BOURDIEU, P. *Op. Cit.*, 1983.

¹²¹ BOURDIEU, P. *Op. Cit.*, 1983.

O “novo sindicalismo” foi um movimento que interferiu diretamente na mudança de ação dos sindicatos, das condições de trabalho e da luta dos trabalhadores, exemplificados aqui com os do setor metalúrgico. A importância deste movimento recai, sobretudo, na sua forte oposição à ditadura civil-militar, que governava o país desde 1964. O movimento sindical iniciado em 1978 foi um catalisador, junto a outros movimentos oposicionistas da época, da abertura política que aconteceria apenas em 1985, pondo fim ao ciclo da ditadura civil-militar no Brasil. Canoas foi um *microcosmos* dessa dinâmica de oposição ao regime. Mesmo a cidade vivendo sob presença constante dos militares, desde que foi considerada “área de segurança e interesse nacional”, não serviu de justificativa para a não mobilização social. O caso analisado, o da greve na Coemsa, demonstrou isso.

No que se refere ao controle dos trabalhadores e das manifestações sindicais, as principais estratégias do governo militar foram a repressão e as reformas na legislação trabalhista. Leis e decretos que restringissem os direitos dos trabalhadores eram facilitados de várias formas pelas práticas autoritárias do governo. Exemplo disso foram aquelas empreendidas pela “operação limpeza”, aplicada no Congresso Nacional para garantir plenamente as vitórias do governo durante as votações, como o exemplificado caso das eleições de 1978. De um lado, a cassação de mandatos de políticos da oposição deixava o governo livre para a “legitimação” de suas medidas. Para tanto, as significativas vitórias eleitorais do MDB, a partir de 1974, foram minando as bases do governo e, ao mesmo tempo, despertando os ânimos dos diversos setores que haviam sido calados pela repressão. A forma utilizada pelo governo para recuperar sua popularidade foi a chamada política de distensão e abertura, aplicada a partir do final da década de 1970, pelos governos Geisel e Figueiredo. Naquele momento, os movimentos sociais ganharam novo fôlego e ressurgiram no cenário político nacional, exigindo além de melhorias para os trabalhadores também maiores liberdades democráticas.

O estudo aqui empregado, através do debate bibliográfico no primeiro capítulo e, posteriormente, no segundo capítulo, com o uso dos jornais e das informações colhidas dos textos de Áurea Petersen e Maria Assunta Campilongo, como fontes, ilustra bem esse momento de retomada dos movimentos sindicais de diversas categorias, bem como o acirramento das críticas da sociedade ao governo dos militares.

Os instrumentos de luta daqueles trabalhadores foram as greves e as paralisações da rotina de trabalho. Elas se proliferaram no Brasil da década de 1980. Neste texto que aqui encerramos, elas foram pensadas tal como o referencial teórico contido no pensamento de Pierre Bourdieu sugere: como “instrumentos de ação dos trabalhadores”. Houve outros, tais como as

assembleias e os dissídios coletivos, também cabíveis de análises para o setor metalúrgico. No entanto, a costura que se pretendeu fazer, tentando responder a questão inicial de como os trabalhadores de Canoas se apropriaram de mecanismos de luta contra um regime e uma política repressiva, influenciados pelas ideias advindas da região do ABC Paulista, tornou o caminho da análise das greves mais coerente.

Por fim, como foi exposto anteriormente, a partir do advento do “novo sindicalismo”, bem como do grupo das Oposições Sindicais, o Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas postulou a sua participação nas manifestações sociais que iniciaram no final da década de 1970 e entraram na década de 1980. O estudo feito até aqui tentou ver essas coincidências entre o movimento paulista e o canoense, conseguindo concluir que, não resta dúvida, a influência paulista projetou a cidade de Canoas para dentro de uma dinâmica social muito maior, em que o país todo clamava por mudanças. Canoas, sob a ação de seus trabalhadores, conseguiu, da sua forma, contribuir para isso. O exemplo da greve na Coemsa foi apenas uma forma de estudar esta contribuição.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho**. O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80. Campinas: Unicamp, 1992.

_____. **O novo sindicalismo**. São Paulo: Scritta, 1991.

_____. **O novo sindicalismo no Brasil**. Campinas: Pontes, 1995.

ARTURI, Carlos S. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 17, p.11-31, nov. 2001.

BATALHA, Cláudio. H. M. Os desafios da História do Trabalho. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.87-104, jan./dez. 2006

BOITO Jr., Armando (Org.). **O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1983.

_____. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BUONICORE, Augusto. Estrutura Sindical: construção e resistência. **Debate Sindical**, n. 29, p. 3-5, nov./dez./jan. 1998/1999.

CAMPILONGO, Maria Assunta. **O Sindicato e a Fábrica. A Nova Expressão de Luta de Classe no Movimento Operário-Sindical Recente: 1978-1985**. 238 f. Tese – Universidade de São Paulo, São Paulo/Porto Alegre, 1988.

CAPELATO, Maria Helena R. História Política. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 09, n. 17., 1996.

CARVALHO, José M. de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CATTANI, Antonio D. **A ação coletiva dos trabalhadores**. Porto Alegre: SMCultura/Palmarinca, 1991.

_____. Movimento Sindical – o permanente desafio da renovação. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, (14) 2, p. 667-686, 1993.

_____. (Org.). **Dicionário Crítico sobre o Trabalho e Tecnologia**. 4 ed. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

CORADINI, Odaci L. **Em nome de quem?: Recursos sociais no recrutamento de elites políticas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DELGADO, Lucília de A. N. Entre o velho e o novo: a CGT em discussão. **Análise e Conjuntura**, Belo Horizonte, v.6, nº. 1, jan./abr. de 1991.

ELMIR, C. P. et al. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas do seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos do PPG em História da UFRGS**, Porto Alegre, n. 13, dezembro de 1995.

FERNANDES, M. **MILLÔR DEFINITIVO – A Bíblia do caos**. Porto Alegre: Coleção L&PM POCKET, 2002.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N. (Org.). **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática (volume 3)**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. (Org.). **O Brasil republicano: O tempo da ditadura: ditadura civil-militar e movimentos sociais em fins do século XX (volume 4)**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). **Revolução e democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GERTZ, René E (org.). **República: da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)**. Passo Fundo: Méritos, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. Política: História, Ciência, Cultura, etc. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 09, n. 17, 1996.

GRIJÓ, L. A.; KÜHN, F.; GUAZZELLI, C. A. B.; NEUMANN, E. S (Org.). **Capítulos de História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do Trabalho**. Novos estudos sobre a História Operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LIMA, Luiz T. **Movimento Sindical e Luta de Classes**. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.

MACEDO, Francisco Barbosa de. A Greve de 1980: redes sociais e espaço urbano na mobilização coletiva dos metalúrgicos de São Bernardo no Campo. **Mundos do Trabalho**. Campinas, vol. 3, nº. 5, p. 136-165, jan.- jun. 2011.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MENDONÇA, Sonia Regina de & FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil recente: 1964-1992**. São Paulo: Editora Ática, 2006.

MOREIRA ALVES, M. H. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 1989 e 2005.

NEGRO, Antonio L. Pés e mãos do Brasil grande e potente. As greves de 1968 em Contagem e no ABC. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 6, nº. 6, jul./dez. 2002.

NIETZSCHE, Friedrich. **A Gaia Ciência**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

PADRÓS et al. (org.). **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória**. O Fim da Ditadura e o Processo de Redemocratização (volume 4). Porto Alegre: ALERGS/CORAG, 2009.

PEREIRA, Iuri B. **1978: um ano, muitos tempos. O “novo” sindicalismo na coleção imprensa alternativa e sindical do Centro de Documentação Social (CDS-NPH): exposição e instrumento de pesquisa**. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

PESSOA, Fernando. **Poesias**. Porto Alegre: L&PM POCKET, 2012.

PETERSEN, Áurea T. T. **Movimentação grevista no Rio Grande do Sul (1980 – 1983)**. 360 f. Dissertação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1984.

PETERSEN, Sílvia. R. F. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, nº. 3, p. 129-153, maio de 1995.

PINSKY, Carla B. **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PINTO, Céli R. J. O poder e o político na teoria dos campos. **Véritas**, Porto Alegre, v. 41, nº 162, junho de 1996.

PRUNES, José Luiz F. **A Greve no Brasil**, São Paulo: LTr Editora, 1986.

RODRIGUES, Iram Jácome. Igreja e Movimento Operário nas origens do Novo Sindicalismo no Brasil (1964-1978), **História, Questões & Debates**, Curitiba, v. 29, p. 25-58, 1998.

RODRIGUES, Iram Jácome (org.). **O Novo Sindicalismo: vinte anos depois**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTANA, Marco A. **Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro**. XXII Encontro Anual da ANPOCS. GT: Trabalhadores, Sindicalismo e Política. Caxambu, 27 a 31 de outubro de 1998.

_____. Ditadura Militar e resistência operária: O movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. **Política e Sociedade**. Florianópolis, n. 13, out. 2008.

SOARES DO BEM, A. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 97, set./dez. 2006.

SOARES, G. A. D. A censura durante o regime autoritário. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 4, n. 10, jun. 1989.

SPERANZA, Clarice Gontarski. **A greve da oficina de chumbo: o movimento de resistência dos trabalhadores da Empresa Jornalística Caldas Júnior (Porto Alegre, 1983-1984)**. 245 f. Dissertação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

_____. **Lei e resistência no “novo sindicalismo”: a greve na Empresa Jornalística Caldas Júnior (Porto Alegre, 1983-1984)**. Grupo de Trabalho Mundos do Trabalho/ ANPUH, s/d.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. v. 1: A árvore da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

TIBLE, Jean. Lutas operárias em São Paulo e no ABC nos anos 70. **Lugar Comum**, Rio de Janeiro, nº 25-26, s/d.

TRINDADE, H. H. C.; NOLL, M. I. (coord.). **Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul (1823-2002)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ALERGS, 2004.

TRINDADE, Hélió H. C. **Brasil em perspectiva: dilemas da abertura política**. Porto Alegre: Sulina, 1982.

_____. **Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições: 1823-1990**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS: Sulina, 1991.

VIEIRA, Felipe A. **"Fazer a classe": Identidade, representação e memória na luta do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul pela regulamentação profissional (1931-1943)**. 221 f. Dissertação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

* **Crédito da imagem da capa:** <http://www2.camara.leg.br/acamara/conheca/historia/historia/camara180/materias/mat3.html>